

Tese da Frente Base

ORGANIZAR OS DEBAIXO PARA DERRUBAR OS DE CIMA!

Esta longa tese é fruto de uma elaboração coletiva. Reunimos ativistas de todo o país para apresentar referenciais que orientam a Frente a Base. Começamos destacando o importante papel de transformação social que está em nossas mãos e depois seguiremos com os diversos temas que compõem o temário do Confasubra. Buscamos também relacionar alguns problemas cotidianos e a realidade que nos indigna em nossos locais de trabalho, na sociedade e na organização sindical.

São várias as discussões que apresentamos nesta tese com o objetivo de ser um convite para a participação nesta forma coletiva de elaboração e debate. **Venham construir** a Frente Base na Fasubra e vamos, juntos, retomar as lutas para colocar para FORA TEMER, TODOS OS CORRUPOTOS E SUAS REFORMAS. **Vamos lutar para a construção de uma sociedade socialista**, organizando os debaixo para derrubar os de cima!

PORQUE “NÃO SOU ESCRAVO DE NENHUM SENHOR” E “O QUILOMBO DA FAVELA É A SENTINELA DA LIBERTAÇÃO”!

Mais do que imitar a vida, o Carnaval deste ano usou a arte para denunciar as condições de vida dos trabalhadores e os ataques dos poderosos. Várias escolas de sambas e blocos alternativos resolveram escancarar o verbo de forma politizada e o enredo da escola Paraíso do Tuiuti ecoou Brasil afora, refletindo o sentimento de toda a classe trabalhadora: “tenho sangue avermelhado” (...) “não escravo de nenhum senhor” (...) “o quilombo da favela é a sentinela da libertação”, porque “Preto Velho me contou/Onde mora a Senhora Liberdade/Não tem ferro nem feitor”.

E foi assim, ao som de um chamado à libertação, que começamos o ano de 2018, mostrando que é possível derrotar o “vampiro neoliberalista” e impusemos uma importante derrota a Temer. Uma derrota que foi anunciada no dia 19 de fevereiro, no Dia Nacional de Lutas, obrigando o Governo a recuar oficialmente de colocar em votação a Reforma da Previdência. Temer torrou bilhões do dinheiro público (nosso dinheiro) em propagandas mentirosas nos meios de comunicação e para comprar o voto dos deputados. Mas, mesmo com toda essa movimentação, os trabalhadores e a maioria da população foi contra a Reforma da Previdência e as lutas foram intensificadas. Junto ao aumento das lutas, veio o peso do ano eleitoral e Temer suspendeu a votação da Reforma da Previdência porque não conseguiu reunir os votos necessários à aprovação.

Isto não significa que não tenham ataques em curso. O Governo aprovou corte de verbas dos serviços públicos, saúde, educação, transporte, segurança e, após ver os índices de pobreza, desemprego e criminalidade explodirem, destacou o exército para intervir no Estado do Rio de Janeiro, aumentando ainda mais a criminalização e a violência dos trabalhadores mais pobres. Essas medidas não começam em 2018 e são fruto também do que foi o ano anterior, que ficou marcado como o ano em que as trabalhadoras e os trabalhadores foram às ruas em protesto contra as reformas trabalhista e previdenciária, fazendo a maior Greve Geral no Brasil em 28 de abril e o Ocupa Brasília em 24 de maio. No meio a grandes lutas e tiveram grandes ataques, como a Reforma Trabalhista - que representa um retrocesso e perda de direitos conquistados durante anos com muita luta - e até mesmo o congelamento dos investimentos nas áreas sociais por 20 anos, aprovado em 2016.

Um cenário que mostra uma guerra social contra os trabalhadores e que vamos debater nesta tese longamente, buscando mostrar que não é possível dar estabilidade para crise política, social e econômica através das eleições, e que nosso papel é de ser a sentinela para nossa libertação. Afinal, “não somos escravos de nenhum senhor” e está em nossas mãos o papel de nos libertar desse cativeiro social. Assim, para seguir a esse chamado do Carnaval, precisamos lutar pelo fim de toda forma de exploração e opressão, na defesa da construção de uma sociedade socialista.

Referenciais da Frente Base

ACABAR COM TODA FORMA DE OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO

Nos últimos anos, vimos grandes ataques à educação e nas Universidades convivemos com cortes de verba cada vez maiores e com os Hospitais Universitários mais sucateados. Junto a isso, nossa carreira sofrendo profundos ataques, anos sem reajuste e negociações salariais abaixo da inflação. Toda essa realidade faz com que os trabalhadores busquem uma alternativa. Vemos várias ideias e contribuições que vem da base, como melhorias no *step*, reformas na carreira, alterações nas relações de trabalho, 30 horas etc. Tudo isso entra para as nossas pautas de reivindicações e fazemos as lutas. Mas em algum momento percebemos que tem um limite.

Este limite é justamente aquele que nos faz começar a olhar para fora da nossa categoria e dos nossos problemas cotidianos. Começamos a perceber que nossos problemas são parecidos com os problemas dos nossos vizinhos, amigos e parentes. Que são problemas sentidos e vividos por toda uma classe, a classe trabalhadora e é aí que olhamos para a conjuntura nacional.

Nesta conjuntura nacional, vemos cada vez mais que os ricos e os grandes empresários querem colocar a conta da crise econômica nas costas dos trabalhadores. Mas, por outro lado, vemos que nós trabalhadores estamos nos rebelando e saindo em luta. Essa intensificação das lutas por um lado e, por outro, a intensificação dos ataques, representa o acirramento na luta de classes e chamamos isso de *polarização social*.

Nesta polarização social, o ano passado foi marcante: demonstramos na prática que a luta organizada da classe trabalhadora impacta nos rumos do país. Assim como aconteceu a 100 anos atrás com a Revolução Russa e a primeira Greve Geral no Brasil. Estas referências históricas e atuais reforçam que o **papel de transformação social está em nossas mãos** e que é possível derrotar todas as reformas de Temer!

E este será o grande debate do CONFASUBRA: qual a saída para a classe trabalhadora e como combater tudo isso? Para nós trabalhadores e trabalhadoras da Frente Base, é necessário **reorganizar as lutas**, voltando a **construir os comitês de lutas** nos locais de trabalho, estudo e moradia. É possível **uma nova Greve Geral para derrotar todas as reformas e colocar para FORA TEMER E TODOS OS CORRUPITOS DO CONGRESSO NACIONAL!** E ainda continuar avançando na pauta dos trabalhadores para a construção de uma sociedade socialista, enterrando de vez esse sistema que nos mata todos os dias.

Assim, a única saída que realmente poderá libertar a classe trabalhadora da opressão e exploração é construção de uma sociedade socialista. E, entendendo que o país está sentado sobre um barril de pólvora, cabe a nós trabalhadores e trabalhadoras, construir em conjunto uma saída para este caos e que isto não se dá pela via eleitoral. Sabemos que nossos sonhos e nossas vidas não cabem nas urnas, por isso temos que organizar os trabalhadores em assembleias, fóruns populares e comitês para lutar contra os governos por todos os nossos direitos. Para isso, é preciso promover a indignação pelas bases, para que pela base construamos uma alternativa a tudo isto que está posto.

É neste sentido que queremos nos apoiar no exemplo da Revolução Russa que mudou para sempre a história, ao provar que **é possível que a classe trabalhadora tome para si os rumos de suas vidas**. E para isso não pode haver espaço para as opressões, que nos dividem e enfraquecem, nossas diferenças não podem ser desigualdades. Somos **contra o racismo, o machismo e a LGBTfobia**.

Estes são os pensamentos que sempre orientaram a Frente Base e que, nesta tese, tentamos organizar através da **defesa de um sindicalismo combativo, baseado na independência de classe**, que tenha como eixo central a transformação social da vida da classe trabalhadora. **Assim é CSP-Conlutas**, Central Sindical e Popular que reivindicamos e apresentamos com bastante ênfase. Defendemos que é necessário ampliar a nossa participação na Central e fortalecê-la.

E, frente a todas essas referências que nos orientam, queremos iniciar os debates apresentando porque é necessário destruir o capitalismo e o que representa o estado neoliberal.

Conjuntura nacional

DIREITO NÃO É MERCADORIA: O ESTADO MÍNIMO NEOLIBERAL

Depois das grandes lutas das décadas de 70 e 80, a Constituição Federal (CF) de 1988 trouxe algumas conquistas para a classe trabalhadora. No entanto, mal deu tempo de sentir seus benefícios e Fernando Collor, ao ser eleito o primeiro presidente após a ditadura, já começou a implementar a agenda neoliberal. Nesta agenda, os avanços que tínhamos conquistados foram caindo, um a um. Uma queda que começou em Collor e seguiu pelos governos seguintes, que foram de FHC, Lula, Dilma e agora é Temer.

Todos estes Governos retiraram direitos conquistados e ainda transformaram nossos direitos em mercadoria. Por isso, já na década de 90 dizíamos: direito não é mercadoria! Essa é a lógica neoliberal que o PT não rompeu e Lula começou seu primeiro mandato atacando o funcionalismo com a reforma da previdência em 2003, que também foi atacada por sua sucessora Dilma, como, por exemplo, com o FUNPRESP e tantos outros ataques. Todos os ataques aos direitos que vivemos, vieram sempre para cumprir a tal agenda neoliberal.

Vários são os exemplos dessa agenda que foram feitas também pelos governos do PT como a legalização dos transgênicos, as Parcerias Público-Privadas, a criação da EBSEH, o novo código florestal, a lei antiterror e diversas outras medidas de interesse do grande capital. Medidas a serviço do imperialismo, beneficiando o setor financeiro, as multinacionais, o agronegócio, as empreiteiras e a burguesia nacional. Lula chegou a afirmar que a burguesia nunca lucrou tanto como em seu governo. Uma farra que foi apoiada pelo esquema da dívida pública: entre 2002 e 2012, a dívida pública saltou de R\$ 1,2 trilhão para R\$ 3,7 trilhões. No mesmo período, os governos Lula e Dilma pagaram R\$ 7,16 trilhões entre juros e amortizações, uma conta que consome quase metade de todo o orçamento do país. Com isso, os ricos ficavam mais ricos e a desigualdade social aumentou.

Mas isso não foi sentido no começo do mandato do PT porque Lula contou com a sorte de um ciclo de crescimento econômico internacional em seu primeiro mandato, fazendo com que fosse possível conceder algumas migalhas através programas de transferência de renda compensatórios. Todos esses programas combinados com o Banco Mundial, ou seja, a serviço do imperialismo. Programas não se sustentaram quando veio a crise econômica internacional no último governo de Lula e início do primeiro mandato de Dilma. Para disfarçar a crise, uma das medidas dos governos do PT foi de estimular o consumo através do crédito, ou seja, através de empréstimos e financiamentos.

Uma política que rapidamente se esgotou, desmascarou as profundas desigualdades sociais e deixou milhares de trabalhadores e trabalhadoras altamente endividados ao mesmo tempo em que cresciam os efeitos da crise e os banqueiros e grandes empresários ficavam mais ricos. Com isso, toda a sensação de melhora da condição de vida, despencou de maneira acelerada. Foi exatamente neste período que começaram as maiores reações da classe trabalhadora. Em 2012, vimos o aumento do número de greves em todo o país, seguido das grandes mobilizações que tomaram as ruas em junho de 2013 dizendo “não é só por R\$ 0,20”.

Tudo isso aconteceu porque a população já não suportava as políticas deste estado mínimo, cada vez menor e com menos direitos, refletindo o desejo por mais estado, mais serviços públicos. E, tudo o que estava passando por fora dos sindicatos, de maneira muito acelerada começou também a encontrar outro centro para as lutas: as mobilizações de greves intensificaram, o número de sindicalizados no país subiu de maneira exponencial. Dados mostram que o número de sindicalizados no país saltou de 4,8 milhões em 2004 para 8,3 milhões em 2014 e chegando próximo a 14 milhões ou 18 milhões em 2016, de acordo com dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Um dado que traz uma contradição, que é o aumento do desemprego. Ou seja, em um momento onde aumentam a retirada de direitos e cresce o desemprego, os trabalhadores e trabalhadoras cada vez mais procuram os sindicatos! Essa procura pelos sindicatos levou, inclusive, a aumentar a pressão da base para que as direções tocassem as lutas, com muitas greves registradas todos os anos. Como resposta, os Governos passam a aplicar o ajuste fiscal, o verdadeiro cativo social.

PLANOS DE AJUSTE ECONÔMICO: O CATIVEIRO SOCIAL

O Governo Temer aplica os planos de ajuste econômico através das reformas, apoiado pelos deputados e senadores, pelo Judiciário e pela patronal da indústria, do setor financeiro, do agronegócio. Com a desculpa de conter a crise, aprovou a Lei das Terceirizações e a Reforma Trabalhista, fez medidas como o PDV e tentou aprovar a Reforma da Previdência, que foi derrotada. Mas a crise continua e o índice de desemprego sobe assustadoramente (são mais de 12 milhões de desempregados no país!), aumenta o trabalho informal, o índice de empobrecimento e a criminalidade e a violência explodem em todo o país.

Junto a isso, impõe um congelamento aos investimentos públicos por 20 anos, feito pela chamada “PEC do teto”, afetando o funcionalismo e a vida de milhões de trabalhadores e trabalhadoras porque retira dinheiro da saúde, da educação, das poucas políticas de moradia, saneamento básico, segurança pública, seguridade social e todos os serviços públicos. Todas essas medidas vêm para garantir o plano de lucros da burguesia, uma política de atacar direitos e conquistas, nos colocando no cativeiro social que a Paraíso do Tuiuti cantou. Uma crítica social fez ecoar o grito “Fora Temer” no país todo até no Carnaval e que as várias escolas do Rio de Janeiro tiveram destaque. Um destaque que Rio de Janeiro ganhou em 2017 por conta das lutas e que agora é palco da intervenção militar.

RIO DE JANEIRO: INTERVENÇÃO MILITAR CONTRA OS POBRES

O cenário político, social e econômico do país tem aparecido de forma mais intensa no Rio de Janeiro. O funcionalismo público do Estado amarga meses de falta de pagamento, falta de condições de trabalho nos hospitais, postos de saúde, escolas etc e fez com que a frente da Assembleia Legislativa (ALERJ) virasse palco de inúmeros enfrentamentos entre trabalhadores e a Polícia Militar. O estado está falido e enterrado em escândalos de corrupção do alto escalão político. O governador Pezão, sucessor do bandido Sérgio Cabral não tem nenhuma moral para governar o caos em que se encontra o Rio de Janeiro, pediu a intervenção militar. Apoiado na grande mídia, a desculpa do Governo foi o aumento da violência no Carnaval, realidade desmentida pelo Instituto de Segurança do Rio (ISP).

Isso não significa que o Estado não viva o caos, ao contrário! O que precisamos é de uma intervenção social, com pesado investimento em saúde, educação, moradia etc. Como a Intervenção não se propõe a resolver os graves problemas sociais, verdadeiros causadores da violência, será puramente gasto sem retorno. Para acabar com o genocídio da juventude pobre e negra e a criminalização da pobreza, é urgente também a legalização das drogas para golpear o tráfico: não é nos morros cariocas que se produzem as drogas e nem as armas que por lá se encontram. Isto porque a intervenção militar não dará conta da convivência histórica que o Poder Público tem com o crime organizado, nem resolver os problemas da classe trabalhadora. Uma situação que sentida pela população do Rio desde 1992.

Naquele ano, o Exército enviou 17 mil homens para a Eco-92, depois foram enviadas tropas federais para a conferência internacional Rio +20 e não parou por aí. Nos governos do PT os morros e as favelas foram ocupados pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e ações no Complexo do Alemão levaram 800 militares que passaram 18 meses na comunidade e equipes que ficaram 14 meses no Complexo da Maré. As tropas só deixaram a favela em junho de 2015. Em 2013 a intervenção foi por conta da Jornada Mundial da Juventude na visita do Papa Francisco, em 2014, foram enviados 15 mil militares na Copa do Mundo, em 2016, cerca de 70 mil homens para a olimpíadas, o maior contingente da história do Rio. E, por fim, em 2017, quase mil militares foram enviados à Rocinha.

Por tudo isso, o debate sobre a Intervenção Militar é feita por todo o país, somado à ameaça de Temer de ampliar a intervenção militar para outros estados. Tudo isso porque os trabalhadores não estão tão pacificados quanto o Governo gostaria. Em cada canto, cada esquina, nos trens, no ônibus, nas filas.... todos comentam sobre a situação do país e de como alguma coisa precisa ser feita. As eleições seguem sendo questionadas, os candidatos envolvidos nos esquemas de corrupção. Por isso, o coro que foi ecoado no Carnaval reflete exatamente os sentimento de toda a classe trabalhadora: “tenho sangue avermelhado” (...) “não escravo de nenhum senhor”, “o quilombo da favela é a sentinela da libertação”!

A SENTINELA DA LIBERTAÇÃO

É impossível deixar de destacar o Carnaval as frases de impacto e as imagens chocantes do Carnaval de 2018. Conduzindo milhares e milhares a se levantar para aplaudir e fazer o coro, o Carnaval deste ano foi o mais marcante dos últimos tempos porque questionou a retirada de direitos históricos, denunciou o racismo estrutural que liberta os escravos com a Lei Áurea, mas mantém o povo negro à margem da sociedade sem acesso a direitos universais, mostrou que a exploração predatória à natureza tem causado inúmeras catástrofes e à extinção da flora e da fauna e falou da corrupção que impera no meio político e da falta de segurança pública.

E, expressando os muitos sentimentos que a classe trabalhadora e o povo pobre sentem, o Carnaval também mostrou que somos a sentinela da libertação e que “Preto Velho me contou/Onde mora a Senhora Liberdade/Não tem ferro nem feitor”, afinal de contas, não “somos escravos de nenhum senhor”. Mas, em um cenário com grandes ataques, como fazer para buscar a senhora liberdade, neste lugar que não tem ferro nem feitor? Para nós da Frente Base é preciso olhar para a força da classe trabalhadora, que é onde encontra a nossa resistência. E um grande exemplo da nossa resistência, foram as lutas contra a Reforma da Previdência que impôs uma derrota ao Governo Temer.

A FORÇA DA CLASSE TRABALHADORA E A DERROTA DE TEMER

As grandes mobilizações de junho de 2013 intensificou a polarização social seguido de um período que vimos fábricas sendo ocupadas, ocupações de escolas, mobilizações estudantis por todo o país. A própria Fasubra fez greves importantes nesse período. Somadas, essas lutas colocaram a classe trabalhadora e o povo pobre na dianteira do enfrentamento ao ajuste.

E, neste sentido, o ano de 2017 foi superior: as lutas que eram descentralizadas passaram a contar com a classe trabalhadora organizada, começando com o Dia Internacional de Luta da Mulher Trabalhadora. O 08 de março que foi marcado pela Greve Internacional das Mulheres, no Brasil ganhou força também pela luta contra a Reforma da Previdência e foi alavanca para as grandes mobilizações. As ruas foram tomadas, as bases pressionaram suas direções sindicais e a necessidade da Greve Geral, que já era uma necessidade há anos atrás, virou realidade no dia 28 de abril!

Milhões de trabalhadores cruzaram os braços, pararam a produção e a circulação de mercadorias e de pessoas. Foi uma greve política, uma greve contra o Governo Temer e suas reformas. Foi um dia de unidade entre os trabalhadores empregados e desempregados, organizados em sindicatos do campo e da cidade ou em movimentos populares, movimentos de luta contra a opressão e a juventude. A classe se manteve organizada e realizou um dos maiores atos em Brasília, em 24 de maio. Depois do anúncio em rede nacional dos escândalos de corrupção de Temer, o sucesso da ocupação em Brasília atordoou o Governo, que tentou desmobilizar o movimento através de um violento ataque aos manifestantes em Brasília. O movimento reagiu, a CSP-Conlutas ficou à frente dessa resistência e ficamos por mais de 3 horas enfrentando às bombas de Temer, o que desgastou ainda mais seu governo.

Para driblar seu desgaste, Temer transformou o Governo em um balcão de negócios com os deputados, senadores, grandes empresários e banqueiros e buscou as direções traidoras do movimento para trocar com algumas centrais sindicais o imposto sindical pelo recuo nas mobilizações. A traição dessas centrais desmobilizou a Greve Geral do dia 30 de junho e de várias outras tentativas de retomada de construção da Greve Geral para o segundo semestre.

A Força Sindical e a UGT não mediram esforços para desmobilizar uma nova Greve Geral e as cúpulas da CUT e CTB também negociaram nos bastidores para desmobilizar o movimento, mesmo tendo vários ativistas envolvidos nas mobilizações. Ao puxarem o tapete da Greve Geral, as cúpulas dessas centrais ajudaram a dar sobrevida a Temer e à aprovação da Reforma Trabalhista e continuaram traindo o movimento que não conseguiu organizar outra Greve Geral como a de abril. E mesmo assim conseguimos derrotar a Reforma a Previdência, o demonstra que se tivéssemos construído mobilizações ainda mais fortes, poderíamos intensificar a crise política e colocar para Fora Temer e todos os corruptos.

CRISE POLÍTICA: COLOCAR PARA FORA TEMER E TODOS OS CORRUPITOS

O ano de 2017 foi instável para o Governo Temer: a Procuradoria Geral da República apresentou denúncia por corrupção contra Temer que, mesmo com uma baixíssima popularidade, garantiu a votação a seu favor com mais corrupção: foram negociados a compra de votos de deputados, distribuição de cargos, emendas, liberação de grilagem, perdão e renegociação de dívidas de ruralistas e sabe-se lá mais o quê. O balcão de negócios rolava solto enquanto mais de 80% da população defendia a abertura do processo contra Temer e assim, os mesmos deputados que se fartaram das propinas oferecidas pela Odebrecht e pela JBS/Friboi, votaram contra abertura de investigação de Temer.

Desta forma, o vice de chapa de Dilma ganhou sobrevida para continuar comprometido com o ajuste e com a agenda neoliberal de sua antecessora e se apoiou no comandante da economia brasileira do Governo petista, Henrique Meirelles. A disputa pela chave do cofre da nação, contribuiu para uma crise do regime, com o avanço da Lava Jato, na qual os podres poderes da República estão profundamente desgastados e questionados pela população. Desta forma, colocou, de um lado, a burguesia tradicional (PSDB, PMDB, DEM) e do outro a direção do PT e aliados. Lados de uma mesma moeda, lutam para se manter ou voltar ao poder, utilizando para isso todos os mecanismos possíveis, como aprofundar o fisiologismo no Congresso Nacional para aprovar as reformas ou patrocinar, por parte do PT/CUT, no movimento de massas, traições como a verificada nos desmontes da Greve Geral no ano passado.

Toda essa movimentação com o intuito de buscar uma “estabilidade” através das eleições, para reeditar o programa de conciliação de classes e manter a mesma política de ataque à classe trabalhadora.

NOSSOS SONHOS NÃO CABEM NAS URNAS

No ano passado, denunciávamos as traições das cúpulas das direções da CUT e CTB dizendo que estavam desmobilizando as lutas para preparar o terreno para as eleições deste ano. Essas centrais se apoiaram na Frente Brasil Popular que, junto com a Frente Povo Sem Medo e escreveram um manifesto na Frente Ampla pelas Diretas Já que dizia que *“a saída desta crise depende fundamentalmente da participação do povo nas ruas e nas urnas. Só a eleição direta, portanto a soberania popular, é capaz de restabelecer legitimidade ao sistema político”*¹. Entre as organizações que estão na Fasubra e assinaram o manifesto desta Frente estão: Frente Brasil Popular, Frente Povo Sem Medo, CUT, CTB, Central Intersindical, MAIS, PCdoB, PT, PSOL. Em suas bandeiras, sequer mencionaram o corrupto Congresso Nacional e prepararam o terreno para as eleições, retomando esse movimento agora com outro manifesto.

O novo manifesto chamado de “Unidade para reconstruir o Brasil” desta vez utilizou as fundações partidárias para disfarçar o programa de conciliação de classes dos governos do PT através de um chamado a “um novo projeto nacional de desenvolvimento”. De fundo, é um programa dentro da lógica capitalista para garantir mais investimento do Estado para financiamento do setor produtivo.

Estão juntos nesta toada o PT, o PCdoB, o PDT e o PSOL. Embora esses partidos estejam apresentando pré-candidaturas próprias, juntos preparam o terreno para uma composição no segundo turno das eleições e isso já tem aparecido nos debates da Fasubra. Na última plenária da Federação antes do Congresso, os militantes das organizações que defendem esse programa de conciliação de classes enfatizaram em suas falas a “unidade”, fizeram declarações de “desculpas” por divergências em anos anteriores e preparam o terreno para justificar porque seguirão em um mesmo programa para as eleições.

Assim, tanto a CUT, a CTB como o campo que hoje compõe o Sonhar Lutar, criaram uma narrativa que tentou apagar os duros anos dos Governos do PT e defenderam explicitamente que querem dar “equilíbrio” através das eleições, buscando a “unidade”.

¹ Extraído do manifesto de convocação da *Frente Ampla pelas Diretas Já*.

A unidade que defendemos é a unidade na luta, na ação concreta e de enfrentamento aos Governos de plantão, que retiram nossos direitos e nos atacam e deveria ter como base a construção de um projeto socialista. Mas, na verdade, a unidade que essas organizações chamam é para conseguir melhores posições a partir das eleições, com um programa que reedita o governo de conciliação de classes que foram os 13 anos do PT.

GOVERNOS DE CONCILIAÇÃO DE CLASSES

Os governos são diferentes e durante 13 anos vivemos no Brasil o que chamamos de *governo de conciliação de classes*. A primeira vez que classificamos um governo assim foi Rússia, em 1917, no processo da Revolução Russa. Para conter as mobilizações, assumiu um Governo Provisório, composto pelos maiores partidos de esquerda da Rússia e pela burguesia, ou seja, representantes dos capitalistas e dos trabalhadores. Por ter essa composição, foi chamado de governos de *conciliação de classes* e atualmente, também são chamados de governos de *Frente Popular*.

A experiência russa com esses Governos mostrou que não é possível que os trabalhadores se aliem à burguesia, por isso, no mesmo ano, os russos fizeram uma Revolução que derrotou o sistema capitalista. A Revolução Russa colocou a classe trabalhadora no poder, sem conciliação, e tomou para si o que a burguesia tinha roubado.

Mas nas últimas décadas os governos de conciliação de classes receberam novas roupas em vários países: com o PT no Brasil, com o MAS de Evo Morales na Bolívia, com o PS de Bachelet no Chile. Esses governos diferentes dos governos tradicionais burgueses, que são compostos só por setores da burguesia, os representantes do capitalismo. No entanto, são governos que têm o mesmo objetivo de administrar o capitalismo, ou seja, garantir os interesses das burguesias. Mas, como acontecem em composição com setores da classe trabalhadora, quando aplicam a política neoliberal perdem a popularidade e o imperialismo simplesmente descarta esses governos para compor novos governos e seguir aplicando seus planos. Foi assim que aconteceu com Lugo que foi destituído no Paraguai por manobra parlamentar (2012), como colorado Horácio Cartes (2013) e Macri na Argentina (2015) que foram substituídos pela via eleitoral e com Temer no Brasil, pelo *impeachment* (2016).

A substituição dos governos de conciliação de classes por governos tradicionais burgueses que vimos na América Latina, mostram que as massas rompem com esses governos quando aplicam os planos neoliberais, gerando uma crise política. Essa crise atinge todos os governos, não apenas os governos de conciliação de classes, e reflete que existe um acirramento da luta de classes no mundo, com uma forte polarização e instabilidade. Isso significa que no cenário internacional de crise econômica, tem um aumento da crise política, instabilidade dos governos e aumento das lutas em diversos países.

Conjuntura internacional

A CRISE INTERNACIONAL DO CAPITALISMO

A agenda neoliberal tenta colocar nas costas dos trabalhadores o pagamento da crise econômica através da carestia, do desemprego, da piora dos serviços públicos, da falta de moradia etc. Esta crise é internacional e é a mais grave desde 1929. Começou no final da década passada, nos Estados Unidos, arrasando economias de países inteiros. Foi neste cenário que vimos as lutas na Europa, especialmente nos países mais atingidos, como Grécia, Portugal e Espanha ou até mesmo em países ricos, como a França onde o governo de François Hollande realizou grandes ataques aos trabalhadores, retirando direitos históricos. Até mesmo a China, que apresentava percentuais de crescimento acima da média mundial, teve uma desaceleração econômica, implicando na queda do preço das matérias-primas compradas de outros países e levando à queda do PIB² da América Latina.

² Produto Interno Bruto (PIB): é a soma de tudo o que é produzido em um país

Com esses impactos, a América Latina entrou em cena em uma conjuntura de lutas. Na Argentina, gigantescas mobilizações questionam o governo Macri que é marcado por centenas de milhares de demissões, 6 milhões padecem de fome. Nas ruas do Chile, dois milhões protestaram contra a nova lei da previdência. No México, o governo Peña Nieto tinha apoio de apenas 8% da população no início de 2017, o mais baixo de toda a história do país e tiveram vários levantes regionais. No Paraguai, milhares de pessoas em Assunção ocuparam e queimaram o Congresso Nacional. Há crises, mobilizações e insatisfação em todos os países e a Venezuela ganhou destaque em 2017 porque pôs em xeque o auto-intitulado “socialismo do século 21”, um tema volta à tona com a emigração que tem atraído venezuelanos ao Brasil.

VENEZUELA: NENHUM SER HUMANO É ILEGAL

O modelo econômico da Venezuela foi defendido por grande parte da esquerda mundial volta à tona, especialmente no Brasil, por conta da emigração. A emigração é a busca de refúgio em países vizinhos e teve início em 2014 de forma mais intensa rumo à Colômbia e agora se intensificou no Brasil, especialmente ao Estado de Roraima (RR). De acordo com a Prefeitura de Boa Vista, capital de RR, há pelo menos 40 mil venezuelanos, o que equivale a mais de 10% dos 330 mil habitantes da capital do estado.

Frente a esse cenário, a CSP-Conlutas de Roraima busca dar apoio e se solidarizar com os venezuelanos. E, assim como fez campanha em defesa dos imigrantes palestinos, haitianos, sírios e de outros países, a CSP-Conlutas defende ser fundamental levantar a bandeira pela legalidade do povo venezuelano que aqui pede asilo como refugiado e o governo Temer deve direcionar mais verbas para ajuda humanitária. Assim, devemos por um lado, fazer a defesa desses venezuelanos, levantando a bandeira de que “nenhum ser humano é ilegal” e, por outro, entender o que acontece na Venezuela.

A Venezuela, através do falecido Hugo Chávez, implementou um modelo econômico que mantém e aprofunda o modelo de acumulação chamado rentista petroleiro e desindustrializa o país. Isto gera uma enorme dependência do petróleo, cuja receita representava 90% dos recursos do Estado. O modelo de acumulação conseguiu funcionar mais ou menos bem enquanto os preços do petróleo eram altos: a parte da renda que ficava com o Estado permitia o pagamento da dívida externa, a concessão das *missiones* (o “bolsa família” venezuelano), a nacionalização de algumas indústrias, negócios a outros setores burgueses.

Como resultado dos incentivos dos governos, surgiu uma nova burguesia ascendente, a boliburguesia. A boliburguesia tem um importante peso na cúpula das forças armadas e enriqueceu às custas da corrupção com dinheiro público. Hoje essa boliburguesia é a grande apoiadora do governo, não querendo perder seus privilégios caso o chavismo caia.

Desta forma, o chavismo não representa socialismo e sim um governo burguês nacionalista, que teve atritos parciais contra o imperialismo norte-americano. Estes atritos rendeu grande prestígio em toda a América Latina e foi assim que, em 2002, Bush armou um golpe contra Chávez. As massas reagiram violentamente, iniciando uma nova insurreição que derrotou o golpe e só parou com o retorno de Chávez dois dias depois.

O imperialismo aprendeu e passou a conviver com os governos chavistas e a utilizá-los para manter a exploração do país. Chávez foi reeleito em 2006 e em 2012, e morreu em 2013. Maduro, vice-presidente de Chávez, assumiu o governo e depois foi eleito presidente naquele mesmo ano. Mas com a crise econômica, veio a queda dos preços do petróleo que derrubou a base material do chavismo e desde 2014, o país vive uma depressão poucas vezes vista na história. Por isso que hoje 80% da população é contra o governo chavista e, para se manter no poder, Maduro promoveu um golpe. Convocou uma “Assembleia Constituinte”, suprimiu o voto universal para eleição dos parlamentares, estabeleceu critérios distorcidos entre os eleitores, privilegiando as zonas em que tem mais peso e manobrou as eleições. Tudo isso para transformar uma minoria em maioria. Para impor esse golpe, a repressão foi duríssima.

Um governo que não tem nada de “socialista”, nem de “anti-imperialista”. É um governo burguês, corrupto, repudiado pelas massas... e apoiado por parte importante da esquerda reformista em todo o mundo que se apóia num discurso “em defesa da democracia” por conta da pressão que o imperialismo impôs a Maduro, que aplica sanções diplomáticas. De fundo, é uma

disputa para retirar a boliburguesia do poder e garantir que a burguesa que é apoiada pelo imperialismo retome o poder no país. Assim, não é uma defesa da “democracia” é apenas uma forma disfarçada de defender a manutenção desse sistema capitalista, apoiando-se, inclusive, governos de conciliação de classes, como aconteceu no Brasil.

Um governo que não rompe com o capitalismo e não coloca a classe trabalhadora no poder, portanto, nada tem de socialismo. Ao contrário, mantém as políticas neoliberais, massacra e esmaga seus opositores e sacrifica toda a classe trabalhadora que, sem saída busca abrigo em outros países. Por isso o tema da Venezuela ocupa tantos debates no movimento e nas universidades: o aprofundamento das políticas neoliberais levam a uma situação de miséria extrema em que só cabe pedir refúgio. E para não refugiar, questionamos esse modelo, e vamos começar a debater aqui mostrando isso na educação.

Educação

A PRECARIZAÇÃO E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

As Universidades são atacadas e acentuam a precarização e a privatização do Ensino, excluindo cada vez mais a classe trabalhadora do acesso ao ensino público, gratuito e de qualidade. Esse processo começou no Governo FHC com o aumento das faculdades privadas e tomou corpo no Governo do PT através da falsa expansão do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o REUNI, implementado por Lula em 2008. Lula expandiu as Universidades Federais sem aumentar o investimento público, o que significou que os estudantes aprovados no vestibular ficaram sem salas de aula e em turmas superlotadas, faltando professores, laboratórios, bibliotecas e restaurantes. Esta expansão se deu também sem concurso e um brutal aumento na terceirização.

A precarização seguiu: o Governo Dilma cortou da educação cerca de R\$ 7 bilhões só em 2015 e Temer cortou mais de R\$ 4,3 bilhões. Junto com os cortes, esses governos favoreceram o crescimento das Universidades pagas, um balcão de negócios altamente lucrativo por meio do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade para Todos (Prouni). A fórmula mágica garantiu cada vez mais o enriquecimento de empresários e banqueiros, repassando dinheiro público para as instituições privadas, um negócio bilionário que em 2016 rendeu uma avaliação de cerca de R\$ 12 bilhões ao maior conglomerado de educação do mundo, composto pela união entre as faculdades Kroton e Anhanguera.

A situação se agrava mais ainda com o Plano Nacional de Educação (PNE) do governo Dilma que é defendido pela CUT e CTB. O PNE prevê a alocação de 10% do PIB para a educação num futuro distante e não necessariamente para a educação pública. Ou seja, os recursos continuarão indo para as privadas, contrariando a bandeira do movimento que reivindica 10% do PIB para a educação pública já!

Essas políticas de transferência de recursos públicos para o setor privado e transformação do direito à educação como mercadoria pode ser observada nos dados estatísticos: em 2014 o número de vagas para cursos de graduação no ensino público era de 793.648, enquanto que para o privado era de 7.287.421, ou seja, as vagas do sistema público são quase 10% das vagas das privadas.

A conclusão que podemos tirar dessa política de educação é muito simples: menos para o serviço público e mais para empresários e banqueiros. Essa visão torna-se muito evidente com a aprovação de reforma do ensino médio, etapa da educação básica, recheada de ciladas contra a juventude.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: UMA CILADA CONTRA A JUVENTUDE

A reforma do ensino médio efetivada pela Medida Provisória 764 com a falsa justificativa de reduzir a evasão e elevar a qualidade dessa etapa da educação básica, na verdade é mais um ataque, desta vez à juventude, os filhos da classe trabalhadora. Primeiramente pelo fato de que não se faz reforma educacional via medida provisória, o que revela o caráter autoritário de tal reforma, desprovida de debates envolvendo comunidade, escola e universidade. Além disso,

evidencia os aspectos de retrocesso de tal reforma, de avanço da gestão privatista da educação e a expressão de práticas regressivas. Somando-se a outras medidas de ataque à educação, como a diminuição do já insuficiente financiamento da educação infantil e creches, a reforma do ensino médio segue lógica do mercado e não da expansão das fronteiras do pensamento. Isto sem dizer que as reformas que absorveram também a educação profissionalizante, não atingem as escolas privadas.

Na prática, isto significa que quem será afetado é a classe trabalhadora que é quem tem seus filhos nas escolas públicas. Aos filhos dos trabalhadores caberá apenas um ensino instrumental, que lhes dê somente as condições de aprender ofícios, retirando o pouco caráter reflexivo que as escolas poderiam propiciar. Soma-se a isto, que excluirá cada vez mais o já restrito acesso às universidades.

Portanto, nossa defesa tem de ser de uma educação pública, gratuita e de qualidade que tenha como foco colocar o conhecimento nas mãos da classe trabalhadora. Neste sentido, somos contra a reforma do ensino médio e defendemos uma universidade para os trabalhadores!

UNIVERSIDADE PARA OS TRABALHADORES

Com a implementação dos planos neoliberais no início dos anos 90, vieram também os questionamentos do aumento do atrelamento do Estado ao imperialismo e às políticas do FMI. Neste contexto, a FASUBRA elaborou o projeto “Universidade Cidadã para os trabalhadores”, em que defende ampliar os espaços democráticos nas instituições de Ensino Superior. Essa iniciativa que foi importante, porém, hoje demonstra que foi insuficiente por seu conteúdo político.

Isto porque essa noção de luta “cidadã” traz o conteúdo de conciliação de classes, que foi incorporado pela CUT, especialmente a partir do aumento dos governos petistas em prefeituras e governos estaduais, já nos anos 90. O programa de conciliação de classes traz o discurso de que é necessário “administrar o capitalismo” e que se deve governar “para todos”, retirando a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras, para defender o “cidadão”, que é qualquer um: o trabalhador, o empresário, o banqueiro, o latifundiário e o empreiteiro. Não podemos aceitar essa visão porque essa noção leva uma compreensão de que é possível conviver harmonicamente com a exploração.

Desta forma, é preciso avançar e romper com o conteúdo “cidadão” para ter um conteúdo classista, ou seja, que demarque que nossas lutas devem ser contra os governos e patrões. Afinal, já vimos na prática o que significa a lógica de “Universidade para todos”, *slogan* dos Governos petistas.

Por outro lado, também reivindicamos os elementos progressivos do projeto, tais como o direito dos trabalhadores se candidatarem para o cargo de Reitor, eleições diretas e paritárias, fim da lista tríplice, direito dos aposentados participarem da vida ativa da Universidade etc. Todas essas reivindicações são extremamente importantes e devem estar conectadas com um objeto central: estar a serviço da luta por uma Universidade Pública, estatal sob controle da classe trabalhadora!

Este é o eixo que defendemos que deve ser o horizonte do Projeto de Universidade da Fasubra, ou seja, um projeto classista de Universidade. Um projeto que deve ser construído no meio do movimento e pela base, como feito no passado. Neste sentido, é importante retomarmos os debates sobre a organização sindical, resgatando inclusive a necessidade da unidade internacionalista dos trabalhadores.

Organização sindical

UMA RESPOSTA INTERNACIONALISTA DOS TRABALHADORES

Por um lado, os patrões e os governos aplicam uma só política mundial, por meio de planos neoliberais ou “ajustes estruturais”, em todos os países do planeta, por outro, os trabalhadores e trabalhadoras reagem e saem às ruas e em luta no mundo todo. Este é caráter mundial do capitalismo e todas essas lutas precisam da mais ampla solidariedade, exigindo a unidade

do conjunto dos trabalhadores também internacionalmente, organizando uma resposta da classe trabalhadora, independente de sua nacionalidade.

Desta forma, o resgate da bandeira do internacionalismo operário, ganha importância cada vez mais nesse momento histórico, reforçando a necessidade da construção e o fortalecimento de uma Central Sindical que seja pautada por esse debate. Além disso, que tenha em seu programa a necessidade de construir a alternativa para os trabalhadores e trabalhadoras no mundo todo como forma de superação da crise internacional. É preciso aglutinar as forças políticas, entidades, movimentos, organizações que lutam e acreditam no socialismo para construirmos um programa da classe.

É sob tais eixos que a CSP-Conlutas tem cumprido um papel importante na luta de resistência da classe e, através da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas (RSISL), se soma com outras entidades sindicais do mundo com o objetivo de trabalhar, juntos, em oposição aos ataques antissociais e conquistar direitos, fortalecendo o sindicalismo para romper com o capitalismo. Uma rede sindical que tem um caráter internacionalista e de luta contra todas as formas de opressão como o machismo, o racismo, a homofobia e a xenofobia. Assim é a CSP-Conlutas, que completa 12 anos fortalecendo a unidade sindical e popular, classista e independente.

CSP-CONLUTAS: 12 ANOS FORTALECENDO A UNIDADE SINDICAL E POPULAR, CLASSISTA E INDEPENDENTE

A CSP-Conlutas realizou em 2017 seu 3º Congresso Nacional, construindo desde o início sob a afirmação de uma alternativa de direção para o movimento de massas em nosso país. Além de nos armar para as lutas imediatas, o Congresso foi envolvido pela energia das comemorações dos 100 anos da Revolução Russa, fato histórico se demonstra cada vez mais atual. Isto porque hoje, diante da profunda crise política e econômica, nossa classe e nosso povo, resiste e luta protagonizando um dos maiores ascensos de nossa história. Para que nossa classe vença essa batalha, é vital que o movimento sindical se oriente pelo critério da organização da mobilização como seu método principal de luta e pela defesa intransigente do princípio da independência de classes.

Para isso, a nossa classe precisa usar de todas as ferramentas ao seu dispor. E uma ferramenta essencial é a ciência; e a ciência da nossa luta é o marxismo. Nesse sentido, a CSP-Conlutas se orgulha de fazer, em conjunto com o ILAESE, cursos para FORMAÇÃO dos militantes. Nosso trabalho sindical não pode ser alienado, não pode ser desprovido de ciência, sob a possibilidade de cometermos os mesmos erros do passado; só que mais graves: quem perde com nossos erros é toda a classe trabalhadora que confia em nosso trabalho e depende da luta ser vitoriosa.

A formação marxista que a CSP-Conlutas prega e faz tem como objetivo transformar os sindicatos em escolas de comunismo. Nos formamos utilizando as experiências históricas da classe trabalhadora e trocando experiências entre os próprios trabalhadores com o objetivo de ganhar a classe trabalhadora para a luta pelo classismo, contra os patrões, contra as armadilhas de confiar na Justiça burguesa, na imprensa burguesa, na democracia burguesa e também a lutar contra todas as ideologias que visam nos dividir para nos dominar: lutar contra o machismo, racismo, LGBTfobia e a xenofobia.

A formação é parte importante na vida ativa dos sindicatos e deve ser combinada com a prática. Neste sentido, a CSP-Conlutas se propõe a ter uma prática que a colocou na linha de frente na construção da Greve Geral, orientando a criação de comitês para organizar de baixo para cima a vitoriosa greve, pressionando as burocracias e fazendo avançar na consciência da classe sobre a necessidade da transformação social. Assim, carregando as bandeiras do Fora Temer e os corruptos do Congresso Nacional, a CSP-Conlutas também ocupou as ruas de Brasília, nos mantivemos por horas resistindo aos ataques. Na sequência, a CSP-Conlutas defendeu que fosse convocada imediatamente uma nova Greve Geral para barrar as reformas da Previdência e trabalhista, revogar o projeto de terceirização e derrubar o Governo Temer. No entanto, a maioria das Centrais Sindicais vacilaram.

A CUT e a CTB se alinharam à Força Sindical, à UGT e as centrais governistas para tentar segurar as revoltas da classe trabalhadora. No meio do mar de lamas que rola em Brasília, essas centrais passaram a negociar com o Governo Temer recuar das mobilizações em troca do imposto sindical e fizeram todos os movimentos possíveis para desmobilizar as ações do que poderia ser mais um dia histórico da classe trabalhadora brasileira. Mas apesar das diferenças entre as centrais sindicais, as manifestações tomaram o país e confirmaram que os trabalhadores estão dispostos a lutar, conseguindo no início deste ano impor a derrota ao Governo Temer.

Por isso, para a CSP-Conlutas, as centrais que vacilaram no último momento na construção da Greve Geral cometeram um grande equívoco. Isto porque, estamos vendo que a classe operária, junto com o movimento popular, retomou seu papel histórico, colocando-se à frente e sendo parte ativa das greves gerais, paralisando a produção em todo o país e demonstrando sua força. É a serviço do fortalecimento dessa estratégia transformadora que realizamos o 3º Congresso da CSP-Conlutas.

Na CSP-Conlutas estão os que se movem na defesa do socialismo, combatendo o machismo, o racismo e a LGBTfobia. Para nos libertarmos desse capitalismo, temos que condenar o caminho da conciliação de classes, das ilusões nos regimes eleitorais deles e apostarmos tudo em nossa ação direta e independente. Por estes motivos, queremos aprofundar o debate sobre as Centrais Sindicais no Congresso da Fasubra, colocando a CSP-Conlutas como alternativa de luta e independência da classe trabalhadora.

aprofundar o debate sobre concepção e centrais sindicais e formação

Para nós da Frente Base, um sindicalismo combativo, classista e independente, deve pautado nas concepções de independência de classe, ter a mobilização como forma predileta de luta, basear na unidade do movimento sindical e popular e no apoio mútuo e solidariedade ativa entre os trabalhadores empregados e desempregados. Além disso, na solidariedade internacional ativa como necessidade estratégica de nossa vitória e na autonomia frente aos partidos e organizações políticas, tendo como método a democracia operária como o princípio para exercício de nossas lutas.

No entanto, há diferentes visões dentro da Federação e por isso propomos que a Fasubra faça um amplo debate sobre Centrais Sindicais, concepção de organização e estrutura sindical. Desta forma, Fasubra deve apoiar financeiramente a participação nas diversas Centrais que têm atuação na Federação e estimular que os sindicatos de base façam o mesmo. Além disto, deve realizar encontros ou seminários para debater os diferentes projetos das centrais e da organização dos trabalhadores.

Paralelamente, como forma enraizar ainda mais a CSP-Conlutas nos sindicatos, devemos impulsionar a filiação direta dos sindicatos e promover debates com vistas à filiação nos sindicatos que ainda não estão filiados à CSP-Conlutas e entre as oposições sindicais. Por isso, entendemos que é importante uma plenária com todos e todas que reivindicam CSP-Conlutas no Confasubra. Para isso, devemos ressaltar a defesa que os sindicatos devem ser instrumentos de luta e organização dos trabalhadores, entidades combativas com independência política e econômica.

Isto porque ainda o sindicato hoje é apresentado como um “intermediário” entre os trabalhadores e os patrões e, no nosso caso, entre as Reitorias e o Governo. Isto faz com que os sindicatos sofram pressões para preferir sempre a via da negociação ao invés da via da mobilização. Além disso, foi incutido na cabeça dos trabalhadores que o sindicato é tocado pelos dirigentes por eles escolhidos, passando a ideia de que a luta e a ação coletiva não são necessárias. Esta ideologia conseguiu se propagar também pela atuação de várias direções sindicais, fazendo com que os sindicatos sejam controlados e dirigidos politicamente pela sua diretoria e não pela base. Estas situações criam degeneração nas entidades que chamamos de “burocracia” e “burocratização”. Contra essa forma de atuação, nos diversos congressos da Fasubra sempre apresentamos algumas medidas de combate à burocratização. Um exemplo concreto é que hoje um mesmo diretor tem limite de mandatos na Federação. Para este Confasubra além da proposta de formação sobre concepção sindical, queremos reafirmar contrários ao imposto sindical.

REAFIRMAR QUE A FASUBRA É CONTRA O IMPOSTO SINDICAL

A Fasubra já debateu o tema do imposto sindical e indicou resolução congressual contrária o recebimento do imposto. No entanto, este tema ganhou mais centralidade depois da traição das centrais que trocaram direitos dos trabalhadores pelo dinheiro do imposto e, embora a reforma trabalhista tenha eliminado o imposto sindical, algumas centrais sindicais continuam debatendo com o Governo a volta do imposto ou outros mecanismos de descontos pelo Estado e contra a vontade dos trabalhadores.

Além disso, houve no início de 2017 uma ação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para impor o recolhimento do imposto ao funcionalismo, o que não foi efetivado, porém existe a possibilidade de que um novo mecanismo de desconto obrigatório seja aprovado, incluindo o funcionalismo. Por outro lado, o aumento da terceirização e a implementação da EBSEH nos Hospitais Universitários também intensificaram o debate sobre o imposto sindical na Fasubra. Isto porque o imposto era aplicado somente aos trabalhadores CLT e, com o aumento da terceirização e a absorção de trabalhadores da EBSEH em algumas entidades de base, alguns sindicatos passaram a receber o imposto.

Até o fechamento desta tese, esse ponto ainda não estava concluído, de forma que não temos como saber se o imposto voltará e se voltar, como será realizado. Independente disto, reafirmamos a posição de que os sindicatos devem ser sustentados pela classe trabalhadora, contra o imposto sindical, pela independência de classe. Neste sentido da independência de classe, apresentamos uma adequação para o estatuto da Fasubra.

Alterações estatutárias

INDEPENDÊNCIA DE CLASSE

O artigo 4º do estatuto da Fasubra estabelece que “a FASUBRA Sindical é uma entidade democrática, laica, plural, independente em relação aos partidos políticos, ao Estado, aos patrões e às administrações das Instituições Públicas de Ensino Superior”. Existe um problema conceitual neste artigo no que se refere à independência em relação aos partidos.

Com relação aos partidos, o correto é dizer “autônomo”, ou seja, a Fasubra mantém relações. Um exemplo destas relações é que muitos ativistas têm militância partidária e, neste sentido, suas organizações propõem elaborações para disputar na federação, o que é legítimo e ocorre tradicionalmente. O que os partidos não podem é submeter os movimentos, como se fossem extensões partidárias, desrespeitando as instâncias do movimento. Ou seja, a Fasubra não debate em separado dos partidos, mas junto, porém sem se submeter, com autonomia. Por este motivo, o correto é dizer “autonomia em relação aos partidos”.

Já a independência pressupõe a não ingerência, relações totalmente separadas e este é o termo correto e deve ser mantido que se refere à independência em relação ao Estado, patrões, instituições e Reitorias. Assim, a proposta de mudança de redação é “independência em relação ao Estado, aos patrões e às administrações das Instituições Públicas de Ensino Superior e autonomia em relação aos partidos”.

Outro debate de alteração estatutária que envolve a discussão de princípios e concepção sindical refere-se ao debate sobre unicidade e pluralidade sindical que se refere ao fato de que Fasubra reconhece somente um sindicato da mesma Universidade e à caracterização de base social no estatuto da Fasubra.

REFLEXÃO: MAIS DE UM SINDICATO NA MESMA UNIVERSIDADE

O estatuto da Fasubra prevê que somente um sindicato em cada Instituição de Ensino Superior poderá se filiar à Federação. Esta previsão relaciona-se ao conceito da unicidade sindical. A unicidade sindical significa que a legislação amarra a organização dos trabalhadores e reconhece um só sindicato por categoria e base territorial.

Nós da CSP-Conlutas somos contrários a essa amarra imposta pelo Estado e defendemos a livre organização dos trabalhadores. Isso significa o pluralismo sindical, ou seja, um sindi-

cato poderia livremente ser constituído por diversas categorias. Nas Universidades, por exemplo, isso significaria organizar em um mesmo sindicato diversas categorias, como os terceirizados, os trabalhadores da EBSEH ou até mesmo com outros setores fora da Universidade ou de outras localidades.

Este debate sobre a unicidade sindical volta à tona com a reforma trabalhista, a lei das terceirizações, a expansão da EBSEH e a própria forma como Ministério do Trabalho e Emprego tem concedido cartas sindicais às diversas entidades, a exemplo da ATENS. Junto com isso, a contradição que a manutenção desta cláusula no estatuto pode representar porque boa parte dos trabalhadores terceirizados não compõe a base representativa dos sindicatos de base. Neste cenário, também se encontram as negociações do Acordo Coletivo de Trabalho da EBSEH e polêmicas que sempre surgem em época congressual com relação à participação de docentes na Federação.

Assim, o debate que apresentamos é que ao invés de debater como incorporar as bases sindicais em uma relação meramente administrativa, a Fasubra deve compreender esse debate no cenário de que somos todos trabalhadores e devemos, de maneira unificada, combater também os ataques do Governo Temer. Desta forma, além de ampliar a participação na base da Federação, irá contribuir para expandir o debate sobre liberdade e autonomia de organização sindical dos trabalhadores sem atrelamento ao Estado. Desta forma, propomos a ampliação do que é considerado base na Fasubra e abertura de debate sobre o reconhecimento de mais de um sindicato em uma mesma universidade para a base da Federação.

Sabemos que este tema é polêmico, por entendemos que é preciso conectar com as elaborações sobre a reforma trabalhista, que é uma verdadeira guerra social contra os trabalhadores.

Reformas do Governo Temer

REFORMA TRABALHISTA: GUERRA SOCIAL CONTRA OS TRABALHADORES

A guerra social contra os trabalhadores foi acirrada com a aprovação da reforma trabalhista, que retira direitos históricos, mexendo em mais de 100 pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Mas, sem dúvida, a principal mudança é a que estabelece o “negociado sobre o legislado”, ou seja, acordos coletivos entre trabalhadores e patrões podem se sobrepor à lei. Sobrepor os acordos à lei é um debate que também retoma os anos 90 e não ficou fora da agenda petista. O governo do PT tentou reeditar uma versão chamada de ACE (Acordo Coletivo Especial), mas foi fortemente pressionado e, assim como em FHC, o projeto não saiu. Após décadas tentando, finalmente foi implementada a reforma trabalhista, entrando em vigor no final do ano passado.

A reforma que sempre foi ilustrada com imagens destruindo a carteira de trabalho, representa um grande ataque aos direitos dos trabalhadores e tem como objetivo aumentar os lucros e fazer com que fique mais barato para os empresários e patrões contratar. Para compor esse objetivo, retiram uma série de direitos históricos, conquistados com muita luta e as leis perderam o poder de impor limites nos contratos de trabalho para proteção do trabalhador e da trabalhadora.

Nesta toada, rebaixou os salários da classe trabalhadora e abriu uma série de brechas para o aumento da terceirização. Nas universidades, que hoje já tem vários postos de trabalhos terceirizados, ao invés de abrir concurso público, realizarão contratos com empresas privadas, em situação precarizada, piorando as atividades de toda comunidade acadêmica e enviando milhões de dinheiro público às empresas contratadas.

Por tudo isso, a Fasubra deve se somar às lutas pela revogação da reforma trabalhista, uma vez que essa reforma representa um grande impacto na vida da classe trabalhadora e, junto da lei das terceirizações, vai aumentar o desemprego, os empregos temporários e informais, reduzir salários, aumentar acidentes e doenças do trabalho. Será um verdadeiro massacre contra nossa classe a serviço do lucro dos patrões. Mas o exemplo da luta contra a reforma da previdência nos mostra que é possível derrotar essa reforma.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: VITÓRIA DA NOSSA LUTA

O Governo Temer fez o que podia e não podia para impor a Reforma da Previdência, mas perdeu essa batalha. Para justificar a sua necessidade, tal como fez FHC, Lula e Dilma, Temer apresentou como motivos principais: rombo nas contas da previdência, o envelhecimento da população e supostos privilégios do funcionalismo. O governo disse que, diante do *déficit*³, a previdência estaria quebrada e que, nessas condições, brevemente não teria como pagar as aposentadorias. No entanto, o falso *déficit* foi largamente provado mentiroso, apontando que, na verdade, o objetivo do Governo era a garantia do pagamento da dívida e a entrega da previdência social para os fundos privados de previdência.

SOBRA DINHEIRO NA SEGURIDADE SOCIAL

Do orçamento da seguridade social faz parte a previdência social, a saúde pública e a assistência social. Suas fontes de recursos são: receitas da contribuição previdenciária pagas pelos empregados e pelos empregadores, impostos, receitas sobre as loterias organizadas pela Caixa Econômica Federal, dentre outras. Assim, o resultado orçamentário é composto pela soma do total das arrecadações menos as despesas da seguridade. Dessa forma, nos últimos anos a seguridade social apresentou sucessivos *superávits*⁴. Assim, para chegar ao falacioso *déficit* da Previdência, os governos de plantão realizam uma enorme “manobra contábil” e consideram apenas as contribuições pagas pelos empregados e pelos empregadores sobre a folha de pagamento, desconsiderando as outras entradas. Ou seja, uma farsa!

REFORMA DA PREVIDÊNCIA: O EXTERMINADOR DO FUTURO

Nos prognósticos sobre o envelhecimento da população, estudos do Banco Mundial afirmam que a população idosa irá saltar de menos de 20 milhões (2010) para aproximadamente 65 milhões em 2050. Para isso, utilizam uma metodologia questionável e, mesmo sem garantia de que tais prognósticos se confirmem, o mais importante é que tais ideólogos escondem o fato do Brasil possuir uma das maiores populações economicamente ativas do mundo. Ademais, nada falam do desemprego estrutural que, para agravar, é maior entre os jovens. Ou seja, se a população mais jovem está sem emprego, não está contribuindo, por isso tem uma drástica queda nas verbas previdenciárias.

Além disso, esta situação condena uma enorme parcela da classe trabalhadora à informalidade, muitos desses jovens, sem perspectiva de futuro, aumentando a situação de violência no país. Os dados revelam que os jovens entre 18 e 29 anos constituem 56% da população carcerária nacional. Os governos fixam suas políticas baseando-se no envelhecimento da população, no entanto, este é insignificante quando comparado ao crescimento da população carcerária no Brasil, que alcançou taxa média de crescimento na ordem de 10% ao ano.

Desta forma, a seguridade social que deveria ser uma integração entre gerações, na qual os mais jovens sustentam aqueles que já o sustentaram no passado, hoje passa a ser trabalhada não pela relação de solidariedade intergeracional, mas sim sob a ótica individualista. Com isso, os mais velhos trabalham até a morte e os mais jovens veem seu futuro sendo exterminado, uma ataque começou em FHC e continuou nos Governos petistas.

ATAQUES À PREVIDÊNCIA: DE FHC À DILMA

A Seguridade Social é a maior conquista da classe trabalhadora brasileira nos últimos 30 anos, mas vem sendo desconstruída ao longo dos últimos governos. FHC aumentou a idade mínima para a aposentadoria, substituiu a aposentadoria por tempo de serviço para tempo de contribuição (30 anos para mulheres e 35 para homens), extinguiu a aposentadoria proporcional e instituiu o fator previdenciário. No governo Lula, o alvo foram os servidores públicos com a

³ *Déficit*: saldo negativo, valor que falta, prejuízo, perdas.

⁴ *Superávit*: saldo positivo, valor que “sobra”, “ganhos”, quantia a mais.

eliminação da integralidade e paridade e o cálculo da aposentadoria igualou à iniciativa privada. Por fim, no governo Dilma, entrou a regra 85/95, em 2015, cálculo que soma o tempo de contribuição e a idade, sendo 85 para mulheres e 95 para homens. Além disso, aplicou o teto da aposentadoria, hoje de R\$ 5.645,81 e introduziu a previdência complementar, FUNPRESP no serviço público federal.

O QUE FAZER EMERGENCIALMENTE?

O governo precisa parar de retirar 30% do dinheiro da Seguridade Social através da chamada DRU (Desvinculação das Receitas da União). Além disso, acabar com tantas isenções, anistias e benefícios fiscais que são dados às empresas, clubes de futebol, entidades filantrópicas, igrejas, dentre outras. O mesmo se aplica à política de perdão de juros e multas das dívidas previdenciárias de sonegadores e devedores via REFIS. É necessário cobrar adequadamente os devedores da dívida previdenciária, bem como realizar um plano de obras públicas que retire uma parcela significativa da população do desemprego estrutural e da informalidade.

Isto porque existe uma dívida de R\$ 426 bilhões ao INSS. Não cobrar essa dívida é uma decisão política que favorece somente as grandes empresas devedoras como é o caso da Varig, JBS, Bradesco, Vale, Itaú etc. Todas essas empresas financiaram, direta ou indiretamente, campanhas milionárias para vários cargos políticos, e algumas destas estão comprovadamente envolvidas em esquemas de corrupção.

Por isso, parte da luta contra a reforma da previdência deve ser também a denúncia desses esquemas e a exigência de que o governo cobre esse dinheiro e pare de afirmar que não tem dinheiro para a previdência.

Terceirização

A TERCEIRIZAÇÃO E A PRECARIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO, ENSINO E PESQUISA NAS UNIVERSIDADES

Desde a década de 90, há um avanço contínuo da terceirização, seja pelas mãos das fundações ou pelas Parcerias Público-Privadas (PPPs), mas que ganhou mais força após a reformulação promovida pelo plano Bresser-Pereira. Os governos de FHC, Lula, Dilma e Temer impulsionaram o processo de terceirização no serviço público e são os grandes responsáveis pelo quadro atual dos trabalhadores terceirizados das universidades.

Atualmente, os terceirizados respondem por parcela significativa do contingente de trabalhadores nas universidades, localizados nos serviços gerais, como limpeza, manutenção e vigilância, mas também nas esferas administrativas, laboratórios e dentro dos hospitais e restaurantes. Ou seja, a terceirização está em toda a Universidade, mas os trabalhadores terceirizados acabam sendo o elo mais frágil dentro da universidade.

Isto ocorre porque são os primeiros a sofrerem as consequências do processo de cortes e redução das verbas públicas, têm a maior jornada de trabalho (em geral 44 horas semanais), recebem em sua maioria de 1 a 2 salários mínimos, tem forte composição feminina e negra (principalmente nos cargos de menor remuneração) e estão submetidos a todo tipo de desmando das empresas e das reitorias.

Não bastasse, sofrem frequentemente com atrasos e não pagamento dos salários e benefícios, demissões em massa, assédio moral e sexual, falta de equipamentos de segurança para o trabalho, sobrecarga e perseguição política. Os ativistas terceirizados que encabeçam a luta contra as empresas e reitorias são demitidos e listados, dificultando muito a possibilidade de conseguirem outro emprego. Os sindicatos de trabalhadores terceirizados, são em geral controlados pelas empresas patronais, raramente realizam processos de mobilização e muitas vezes ajudam as empresas a promoverem o processo de perseguição aos ativistas da base.

Esse quadro dramático tende a piorar e se ampliar, tendo em vista a nova lei de terceirização, a reforma trabalhista e a Emenda Constitucional 95, que vai tornar ainda mais escassa as verbas das universidades. Isto porque, em primeiro lugar, há uma tendência para que cada vez mais postos de trabalhos sejam ocupados por terceirizados em função da liberação da terceiriza-

ção das atividades-fins promovida pela nova lei de terceirização e pela reforma trabalhista, aumentando o processo de fragmentação da representação sindical nas universidades. Como consequência dessa situação, o poder de pressão e mobilização dos técnicos-administrativos tende a se enfraquecer, se não houver uma política consciente da Fasubra e dos sindicatos de incorporar a luta dos terceirizados no seu dia-a-dia e integrá-la a luta mais geral da comunidade universitária.

Além disso, as condições de trabalho e de renda dos terceirizados tende a se tornar ainda mais precária, tendo em vista que a reforma trabalhista permite às empresas e à reitoria várias medidas para reduzir o custo-trabalho, através de mecanismo como a jornada-intermitente (pagamento por hora de trabalho), a brecha para a “pejotização” dos terceirizados (contratos individuais de prestação de serviço) que não garantem benefícios como 13º, férias, 1/3 férias, folga semanal e jornada de trabalho.

A pejotização, inclusive, não é novidade no meio universitário, pois em várias instituições as fundações privadas já utilizaram e utilizam esse tipo de contrato precário de trabalho, que agora foi legalizado com a reforma trabalhista. Junto a isso, soma-se a possibilidade da redução do valor da rescisão do contrato de trabalho pela metade, criada pela reforma trabalhista, vai provocar um aumento do processo de demissão dos terceirizados e aumentar ainda mais a rotatividade de trabalhadores. O fim da relação solidariedade entre empresa contratada e contratante vai facilitar o calote aos terceirizados, que não poderão recorrer mais às reitorias para que bloqueiem os pagamentos às empresas caloteiras e faça o repasse aos trabalhadores. Por tudo isso, dizemos que a terceirização irá decretar um massacre contra nossa classe a serviço do lucro.

TERCEIRIZAÇÃO: MASSACRE CONTRA A NOSSA CLASSE A SERVIÇO DO LUCRO

Atualmente existe uma ofensiva brutal das reitorias contra os terceirizados, tendo em vista a crise financeira das universidades. Essa ofensiva vai se ampliar no próximo período, tendo em vista que os reitores vão implementar a política de arrocho financeiro nas universidades do Governo Temer ao invés de chamarem o processo de resistência contra o sucateamento das instituições. Isso coloca um importante desafio para a Fasubra e seus sindicatos.

Organizar e mobilizar os trabalhadores terceirizados é fundamental no próximo período para viabilizar a resistência contra o Governo Temer e seu projeto de precarização da educação pública. A Fasubra e seus sindicatos de base precisam urgentemente parar de negligenciar a atuação sobre esse setor e destinar mais recursos e tempo para a luta dos terceirizados.

Alguns sindicatos de base já representam os terceirizados como o SINTFUB e o SIND-TEST-PR. É preciso que a direção da Fasubra oriente o conjunto de seus sindicatos para estender sua base de representação aos terceirizados, quando houver condições e oportunidade para isso. Entretanto, independente dessa incorporação dos terceirizados a base de representação dos sindicatos, as entidades de base da Fasubra devem ajudar na organização de associações de terceirizados, comitês de luta, entre outras formas de organização para permitir que esses trabalhadores, cada vez mais numerosos na comunidade universitária, possam se incorporar a luta contra as medidas de Temer e pela defesa da educação pública no país.

Assim, o cenário estabelecido após a aprovação da lei das terceirizações deve servir como combustível para impulsionar a movimentação e luta contra os retrocessos. Neste sentido, a Fasubra deve seguir na denúncia contra a terceirização e seus impactos, junto com a defesa dos trabalhadores e trabalhadoras terceirizados. E um dos grandes exemplos do caos que representa a terceirização está no setor de vigilantes das universidades, atividade que foi amplamente terceirizada, destruindo a segurança patrimonial e fragilizando a comunidade acadêmica.

Relações de trabalho e carreira

A DESTRUIÇÃO DE SEGURANÇA NAS UNIVERSIDADES

Envolvidos na crise do modo de produção capitalista, a área de Segurança Pública e as demais atividades a ela ligadas figuram como uma das mais afetadas pela terceirização e falta de recursos nas Universidades. Falta orçamento para manutenção e compra de equipamentos, co-

mo coletes, rádios e viaturas; expande-se a terceirização e depois descarta esses trabalhadores em demissões em massa.

Soma-se a isto o fato de que, ao não se realizar concursos públicos para o cargo de vigilante, o quadro efetivo envelheceu, sofreu grande redução pelas mortes e aposentadorias, gerando um quadro de RJU muito aquém da necessidade da comunidade acadêmica. Além disso, sem regulamente as atividades entre os trabalhadores RJU e os trabalhadores terceirizados, amplia-se as tensões no ambiente de trabalho. Para resolver o problema da segurança, é necessária a participação de toda a comunidade acadêmica, especialmente os seus profissionais. É preciso profissionalizar o setor para que atue visando, primeiramente, prestar um serviço de qualidade ao público e trabalhar o tema da segurança em um ambiente democrático, transformando em uma segurança comunitária.

Assim, para que se tenham condições dignas de trabalho, materiais e equipamentos, é necessária a abertura de concursos públicos e que estes postos de trabalho sejam retomados nas Universidades, bem como mais verbas para Educação. A falta de segurança nas Universidades representa o aumento da violência, que resulta na vulnerabilidade e insegurança que ronda os Campi.

Corrigir a segurança é apenas uma parte dos problemas das Universidade dentro das relações de trabalho. Tantos outros cargos merecem uma atenção e tratamento igual no debate, o que infelizmente não conseguiremos reproduzir nesta tese. Uma fragilidade que queremos, inclusive, corrigir com relação ao debate de 30 horas, destacando que deve ser uma luta para todos!

30 HORAS PARA TODOS, SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS

Neste período de crise econômica e política que o país atravessa, a retirada de direitos e ataques à classe trabalhadora tem ocorrido numa velocidade superior ao que vínhamos acompanhando nos governos anteriores, que contaram com a sorte do crescimento econômico como forma de dissimular a implementação das políticas neoliberais. Mas, se por um lado, a mudança na conjuntura, expressa a falência do modelo de colaboração de classes do PT, por outro lado, desmascara que a sanha por lucros colide com direitos inegociáveis, como é o caso dos direitos trabalhistas e da Previdência Social.

É nesta conjuntura que está a luta pelas 30 horas dos trabalhadores e trabalhadoras das Universidades. Uma conjuntura na qual os ataques da burguesia sobre os direitos da classe trabalhadora, vêm ocorrendo de uma maneira rápida e com grandes traições por parte direções burocráticas. Se vemos férias, décimo terceiro, intervalos intrajornadas serem desrespeitados, imagine como ficam pequenas concessões como a redução de jornada! Ao mesmo tempo em que Temer apresenta um PDV, propõe a redução de carga horária com redução de salários, enquanto o desemprego só cresce no país.

Por este motivo, entendemos que esta política que visa ampliar o atendimento de demandas concomitantemente com a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, chegou ao seu limite dentro dos conselhos universitários e precisa avançar. Neste momento, a luta pelas 30 horas deve entrar nos marcos da reivindicação da autonomia universitária por conta da luta pela própria manutenção das IFES. Precisamos casar esse debate nas Universidades como uma forma de resistência ao projeto de desmonte das Universidades, ampliando o debate para 30 horas para todos, sem redução de salário. O entendimento desta medida deve ser uma forma de enfrentamento ao Governo Temer, em contraposição à MP de redução de jornada com redução salarial.

Não podemos mais ficar apenas no formalismo e partes técnicas, argumentando que é flexibilização da jornada, que vai ser melhor para a instituição, que vai aumentar a produtividade. Nossa defesa tem de ser de demarcar também no classismo, avançar para além dos argumentos técnicos e jurídicos, colocando a luta das 30 horas em seu lugar: é uma luta política por melhores condições de trabalho, uma luta para diminuir ao desemprego, fazendo com que a economia volte a crescer, uma luta por mais concursos públicos, ampliando o direito à educação. É uma luta que disputa um conceito de estado como forma de combate ao modelo neoliberal de Estado e ao Governo.

Por este motivo, não podemos desprezar o debate sobre as 30 horas e precisamos reafirmar que lutar é preciso.

LUTAR É PRECISO

As mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras que aconteceram em 2017 precisam ser retomadas. Mostramos que a partir de um calendário de lutas contra as reformas organizamos importantes instrumentos para frear os ataques aos direitos de nossa classe. É necessário retomar as mobilizações, dizer não a qualquer reforma que ataque direitos e avançar no sentido de revogar as medidas já aprovadas e de uma política de proteção contra o desemprego imotivado.

E este será um dos debates do Confasubra, girando em torno da necessidade de apontarmos uma greve contra todos os ataques de Temer. Neste sentido, os pontos de relações de trabalho e carreira entram com destaque nas pautas de reivindicações.

Além de apontar a luta da Fasubra junto a outras categorias do funcionalismo e localizar a necessidade de luta unificada do movimento, a Fasubra deve incorporar na campanha salarial a luta contra o desmonte do estado promovido pelas políticas neoliberais, incorporar demandas específicas como carreira, racionalização, dimensionamento, 30 horas e pressionar o Governo para cumprir as cláusulas do acordo da greve de 2015 que tratam do assédio moral. Isto porque além do Governo não ter cumprido essas cláusulas, as medidas de ataque à classe trabalhadora que impôs no último período irão aumentar ainda mais o assédio moral que já é uma prática de violência institucional que aumenta a cada dia nas Universidades.

ASSÉDIO MORAL: UMA VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL

O assédio moral é entendido como uma forma de violência no trabalho que expõe os trabalhadores e trabalhadoras a situações de humilhação e de constrangimento, de forma repetitiva e prolongada. Cabe destacar que o assédio moral não pode ser entendido sem localizá-lo na sociedade capitalista, uma vez que este sistema permite e utiliza o assédio moral a seu favor. Desta forma, é constantemente associado às práticas de “mercado” como pressões das empresas para se atingir altas metas, aumento da produtividade etc. Neste lógica, teoricamente não faria sentido às instituições públicas a prática do assédio, já que não visam o lucro.

No entanto, as instituições públicas passam por processos de profundos ataques e o desmonte de direitos e de condições de trabalho favorece estas práticas, fragilizando as relações de trabalho. Cientes dessa fragilidade, as Universidades passam a adotar uma política consciente e institucional de violência contra o trabalhador através da prática do assédio, inicialmente como forma de desmontar a organização dos trabalhadores. Na sequência, essa prática se legitimado por uma política de gestão antidemocrática, autoritária que é expressão do projeto de Universidade atrelado à lógica neoliberal de ataques constantes aos trabalhadores e trabalhadoras e de cerceamento de sua liberdade. Por isso o assédio moral existe nas instituições com a permissão das Reitorias que, muitas vezes até estimulam, de maneira não oficial, estas práticas. Na maioria das Universidades, sequer existem políticas de combate e de prevenção ao assédio e, em geral, as vítimas não têm para onde recorrer. Diga-se de passagem que as universidades, em sua maioria, sequer reconhecem o assédio, invertendo o problema como se fosse pessoal e não institucional.

A falta de reconhecimento da prática do assédio moral e a culpabilização da vítima, faz com que os trabalhadores e trabalhadoras submetidos ao assédio não percebam o que passam. Com isso, as vítimas de assédio moral adoecem com sérios problemas psíquicos, os quais trazem uma série de complicações, como o desenvolvimento de quadros depressivos graves que levam suas vítimas a pedirem exoneração, a se afastarem por um longo período e, nos piores dos casos, ao suicídio. No entanto, algumas características podem ajudar a identificar estas práticas danosas à saúde dos trabalhadores e das trabalhadoras como o isolamento, a recusa da comunicação, a degradação intencional das condições de trabalho, o atentado contra a dignidade, a violência verbal, física e sexual.

Na conjuntura atual de desmonte dos serviços públicos, a tendência é que se intensifiquem as práticas de assédio moral. Uma prática que é especialmente dirigida aos setores mais

oprimidos da sociedade como forma de ampliar a exploração. É por este motivo que as principais vítimas de assédio moral são as mulheres e também os trabalhadores e trabalhadoras terceirizados. Para enfrentar estes ataques a fim de avançarmos nas estratégias de combate e prevenção ao assédio moral, temos que fortalecer a unidade da classe trabalhadora, lutar pela defesa de ações que visem o combate e a prevenção à violência nas suas diversas formas dentro do ambiente de trabalho. Temos também que construir nos nossos sindicatos espaços que discutam essa questão e combater a assédio moral dentro das Universidades e junto das lutas gerais do conjunto da classe trabalhadora. Isto porque todas as medidas do Governo que geram instabilidade ao trabalhador, nos deixa mais vulneráveis às práticas assediadoras, como é a Reforma Trabalhista, a Lei das Terceirizações e até o decreto de extinção de cargos.

EXTINÇÃO DOS CARGOS

O Governos Temer editou uma medida que extingue centenas de cargos do funcionalismo, entre os quais vários cargos do PCCTAE. A medida do Governo gerou uma grande indignação na base da categoria que, vendo seus cargos serem extintos, buscam formas de se mobilizar. Junto a isso, a Fasubra também realizou reuniões com o Governo trazendo este ponto como pauta e também promoveu reuniões da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira (CNSC). Por tudo isso, plenária nacional da Fasubra realizada em março deste ano indicou a necessidade de discutir na base todos os elementos que compõem a discussão de carreira. Para nós da Frente Base, esse debate é bastante importante e deve vir associado ao debate sobre concepção de Estado.

CARREIRA: APROFUNDAR O DEBATE SOBRE CONCEPÇÃO DE ESTADO

Passado mais de uma década de implementação do PCCTAE, podemos ter um bom panorama sobre seus pontos positivos e negativos. inicialmente cabe resgatar que o PCCTAE foi conquistado com muita luta e seu resultado é fruto de uma elaboração coletiva em que a Fasubra foi parte fundamental. No entanto, logo após sua implementação várias distorções já apareceram como racionalização, correção de nível em algumas funções, adequação dos fazeres, ampliação da tabela de progressão, progressão por qualificação e vários outros pontos.

Para corrigir essas distorções, uma das conquistas do PCCTAE foi a criação das CIS e da CNSC, porém, os ajustes pouco avançaram e todas as conquistas que tivemos foram fruto de greves. Assim, sem sanar os problemas da carreira, novas propostas surgiram como mudar a estrutura da carreira, introduzir um novo conceito de carreira, eliminar os níveis A, B, C, D e E, criar macro-cargos, RSC etc.

No entanto, é impossível debater os problemas da carreira sem fazer um breve histórico. O projeto de carreira da Fasubra foi criado num momento de recessão econômica, no Governo FHC e o funcionalismo sentia os primeiros impactos das políticas neoliberais. Em contraposição ao neoliberalismo, os trabalhadores e trabalhadoras das Universidades discutiam projeto de Estado, projeto de universidade e também concepção de carreira.

Na sequência, o Governo do Lula, ataca o funcionalismo com a reforma da previdência, mas conta com a sorte do crescimento econômico mundial. Estes dois elementos impulsionam as lutas do funcionalismo, que passa a pressionar o Governo e a se mobilizar por reivindicações específicas. Foi neste contexto e com muita luta que conseguimos implementar o PCCTAE, ainda que com grandes contradições.

Os poucos avanços que tivemos no PCCTAE sempre foram frutos das greves como, por exemplo, a ampliação do IQ e aumento de seus valores na greve de 2012 e o aumento nos percentuais do *step* (greve de 2015). Mas é verdade que isso não é o bastante. Especialmente no momento de crise econômica, a necessidade imediata tem grande impacto nas nossas vidas, intensificado as reformas do Governo Temer. Neste cenário, é inevitável a reflexão: se não há grandes margens para avançar nos problemas que já temos da nossa carreira, qual a estratégia que o movimento deve ter?

Na nossa avaliação, devemos seguir o exemplo da nossa experiência histórica e retomar o processo de elaboração coletiva. Neste sentido, deve-se iniciar com o aprofundamento da concep-

ção, como feito há duas décadas, questionando: para que serve a carreira? Qual projeto de Universidade nós temos? Qual Estado queremos? Todos esses pontos são temário do Confasubra.

Assim, pensar em uma carreira que reconheça a experiência profissional, valorize o serviço e o servidor público deve ser centrada em como o Estado pode propiciar tudo isso. Desta forma, se o Estado têm uma política neoliberal, de estado mínimo, então, junto a nossa luta por carreira devemos também incorporar a defesa de um Estado máximo que garanta de forma pública todas as condições necessárias para a vida humana, como saúde, educação, emprego, moradia, lazer, segurança, transporte e a longa lista das nossas reivindicações.

Mas só há um jeito de superarmos todas essas mazelas do capitalismo: é através de uma sociedade socialista. Embora para muitos companheiros e companheiras, o socialismo pareça ser só uma abstração, para nós é tão real quanto possível. A prova disso é que já aconteceu no mundo uma experiência socialista que completou 100 anos em 2017 e deve servir como nossa inspiração

100 anos da Revolução Russa

REVOLUÇÃO RUSSA: O MAIOR LEGADO DA CLASSE TRABALHADORA

Sem aprender com as experiências passadas, seria impossível pensar uma estratégia para as lutas do nosso século. A Revolução Russa é considerada um dos principais eventos para nós trabalhadores porque pela primeira vez na história a classe trabalhadora teve em suas mãos o poder de seu próprio destino. Em 2017 lembramos o centenário dessa revolução e hoje nos perguntamos: quais lições podemos aprender com ela?

MAIS DE UM SÉCULO DE LUTAS: O CENTENÁRIO DA REVOLUÇÃO RUSSA E DA PRIMEIRA GREVE GERAL DO BRASIL

A explosão da Revolução Russa, não foi planejada, tão pouco estava na agenda dos partidos políticos ou foi produto do “alto nível de conscientização” das massas. Ao contrário, explodiu com os protestos das operárias da indústria têxtil contra as precárias condições de trabalho (08 de março no nosso calendário) e se estendeu como um rastilho de pólvora. O Czar foi derrubado, pondo fim a 300 anos de monarquia dos Romanov. Para tentar estabilizar o regime, entra em cena o governo provisório, de conciliação de classes que mal conseguia manter o controle.

Naquela ocasião os socialistas revolucionários defendiam que o país adotasse o caminho do desenvolvimento autônomo, enraizado no movimento operário e no marxismo. Conhecidos como bolcheviques tinham como principal direção Vladimir Lênin (1870-1924) e faziam oposição ao governo. A situação da vida fica cada vez pior e, também contra os impactos Primeira Guerra Mundial, as massas se levantam e os bolcheviques lideram a Revolução que tomou o poder em 25 de outubro na chamada Revolução de Outubro.

Na sequência destes fatos, foi instalada a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), professando o socialismo que inspirou gerações à esquerda no mundo todo. Lênin, com a saúde abalada, morreu apenas dois anos depois, sendo sucedido no comando da revolução por Josef Stálin (1878-1953). Alcançando o apogeu do poder político soviético e do modelo socialista de uma organização econômica e social bem sucedida, os socialistas derrotaram o nazismo e seu modelo era para Europa e para o mundo uma alternativa viável ao imperialismo norte-americano. Todavia, durante a Guerra Fria, muitas das conquistas trazidas com a Revolução foram sendo substituídas por um governo degenerado que traiu as bases revolucionárias de 1917. Apoiado na teoria do socialismo em um só país, Stalin cometeu erros que abriram o caminho para a inevitável derrota da revolução social de 1917.

As contradições e a insustentabilidade política se intensificaram após a abertura econômica ao capitalismo promovida por Mikhail Gorbachov. A crise econômica da década de 90, associada às pressões separatistas levaram à dissolução da União Soviética. Todavia, seu legado é sentido até hoje. Desta forma, fica de aprendizado destes anos da presença do socialismo, que tornou uma nação essencialmente feudal e agrícola em uma potência social, econômica e tecno-

lógica em poucos anos. Neste sentido, é essencial resgatar como a classe trabalhadora conseguiu dar vazão ao processo revolucionário.

No início do processo revolucionário, desde as bases renasciam os sovietes⁵, conselhos populares que, na sua origem, serviam para organizar as mobilizações, mas também começaram a servir como um “novo poder”. Foi neste cenário que um pequeno partido político “radical” aumentou sua influência, propondo que, para satisfazer as necessidades do povo, os sovietes deveriam governar, a paz deveria vir no lugar da Guerra Mundial, as terras deveriam ser divididas para que a reforma agrária fosse efetivada e o pão deveria chegar a todos os lares. Nesta linha, defendiam que os operários deveriam controlar as fábricas e a economia, as nações oprimidas tinham direito à autodeterminação, a opressão contra as mulheres deveria acabar etc.

Assim, apreende-se que nenhum grupo pode “forçar” uma situação e “provocar” uma revolução. Todavia, nenhuma convulsão social espontânea será vitoriosa se não existir um pólo organizador, que direcione essa luta para transformar a convulsão social em luta organizada pelo poder. Uma pauta que está mais presente do que nunca.

Com a atual crise do capitalismo, caminhamos para um verdadeiro colapso, produto do esgotamento dos recursos naturais e da destruição em grande escala da natureza. Desta situação surgem as resistências cada vez maiores da classe trabalhadora que é quem produz toda a riqueza das nações. É por meio de nossas mobilizações e greves que podemos impactar os rumos deste sistema.

Foi assim em 1917 quando foi realizada a primeira Greve Geral no Brasil e, justamente cem anos após a primeira geral do Brasil, reeditamos as mobilizações com outra Greve Geral que, somadas a outras mobilizações do movimento, conseguiu derrotar a Reforma da Previdência.

A EXPERIÊNCIA HISTÓRICA MOSTRA QUE É POSSÍVEL SE REBELAR

Os trabalhadores e o povo pobre desse país sofrem com as medidas de austeridade econômica lançada pela burguesia e pelo governo federal. Como nossa resposta temos que parar o país contra as ações que destroem o estado brasileiro. Se há mais de cem anos os trabalhadores e trabalhadoras incorporaram as grandes lutas de 1917, como a Greve Geral do Brasil inspirada na Revolução Russa, este é o momento que nós, trabalhadores e trabalhadoras do serviço público temos para cada vez mais insistir na defesa do que é público. Neste sentido, além de incorporar os anseios e as lutas do nosso setor, temos que buscar a unidade nas lutas com as outras categorias de trabalhadores e trabalhadoras para que juntos possamos discutir alternativas para enfrentar uma crise que não é nossa, mas dos capitalistas.

Esta unidade deve estar assentada na estratégia de impulsionar a luta por uma sociedade que realmente tenha todos os serviços públicos para atender a classe trabalhadora, ou seja, uma sociedade socialista. Somente assim, poderemos garantir que nossos filhos e filhas tenham uma vida digna, que as crianças possam crescer e se desenvolver, que os jovens tenham direito à juventude e que todos trabalhadores e trabalhadoras tenham direito a envelhecer com dignidade. Nós queremos discutir com nossa classe um projeto com essas possibilidades.

Por isso, utilizamos as experiências históricas que nos mostram que é possível se rebelar, mas também servem como elemento de avaliação e balanço. Neste sentido, é importante também trazer um balanço sobre as greves da Fasubra neste último mandato.

Balanço das Greves

TRÊS ANOS DE GREVE NA FEDERAÇÃO

Se dizer que um bom mandato foi cumprido porque tem muitas greves, a Fasubra teria nota máxima na avaliação. No entanto, embora seja um importante indicador de luta, precisamos também olhar de maneira crítica para aprender com os erros e acertos das nossas experiências.

⁵ Sovietes é o nome russo para conselhos de trabalhadores e camponeses. Esses conselhos foram criados em 1905, durante a primeira Greve Geral de trabalhadores, quando as fábricas de Petrogrado e as organizações sindicais enviaram delegados a um Comitê de Greve Central que foi chamado de Conselho dos Deputados dos Trabalhadores

Assim, começamos com o olhar para a greve de 2015, que foi deflagrada no Confasubra realizado naquele ano. Durante os meses que iniciaram o ano, os debates do Confasubra foram rodeados sobre a necessidade da greve e, ao final do Congresso, por unanimidade, a greve foi deflagrada.

Foi uma greve dura, que enfrentou um Governo que estava ameaçado pelo risco do *impeachment* e que, mesmo assim, não cedia às pautas do movimento, preferindo cumprir a agenda da burguesia como forma de tentar dar sobrevida ao mandato. Às duras penas, com fortes mobilizações e grandes caravanas conseguimos arrancar alguma negociação que, como parte das lutas sindicais, sempre alguém da nossa necessidade. Mas o balanço não está no maior ou menor índice conquistado porque dentro do capitalismo sempre teremos negociações rebaixadas e inferiores a nossa necessidade.

Nosso balanço deve olhar para nossa movimentação e nossa força e 2015 fomos muito guerreiros. Realizamos uma forte greve, ganhamos novos ativistas para o movimento. Com nossa organização crescente, retomamos debates sobre carreira, organizamos encontros e seminários para debater o tema, mas a conjuntura nacional nos atropelou e os ataques do Governo se intensificaram.

Vieram os profundos cortes da Educação, as Universidades passaram a viver crises que anunciavam não conseguir pagar despesas básicas como de energia, por exemplo. Junto a isso, o Governo anunciou mais cortes que seriam promovidos pela chamada PEC do teto para congelar os investimentos públicos por 20 anos e anunciou a reforma do ensino médio.

Isso foi a gota d'água para a juventude que se organizou e passou a ocupar escolas por todo o país. As ocupações se expandiram e atingiram as Universidades. Foi nesse cenário, de apoio às ocupações de escola e da luta contra a PEC do teto que a Fasubra enfrentou novamente outra greve no ano de 2016.

Uma greve que impactou no cenário nacional e entrou na toada de lutas de 2016, que foram essenciais para desgastar o Governo Temer e criar as condições para a Greve Geral de 2017. No entanto, os movimentos da Federação que em 2015 e 20016 estimularam as lutas, se perderam em 2017.

2017: A FASUBRA NA CONTRAMÃO

Enquanto no Brasil inteiro as lutas e mobilizações aumentavam junto com o aumento da politização que tomava conta dos locais de trabalho e todos os espaços públicos, na Federação aconteceu o oposto. Foi um ano marcado por plenárias altamente tensas em que os debates centrais foram a prorrogação do mandato dos diretores. O mandato que deveria ser de 2 anos foi prorrogado por cerca de 6 meses. O setor composto pelo campo Sonhar Lutar e PSLivre, que queriam prorrogar o mandato por 1 ano (e não 6 meses), continuaram buscando alternativa até que finalmente se juntaram à CUT e à CTB para aprovarem a prorrogação do mandato até maio de 2018, como queriam.

Para isso, inseriram na plenária da Fasubra uma pauta que não tinha sido discutida nas bases: uma greve. Sem construir nas bases, conseguiram aprovar na plenária de setembro a suspensão do calendário do Confasubra e a greve, marcando nova plenária para o mês seguinte, outubro. Foram feitas rodadas de assembleias e, mediante uma ampla rejeição à proposta de greve indicada, essas forças mantiveram a proposta de greve dizendo que a interpretação foi de que a negativa não era à greve e sim à data sugerida. Mesmo vendo a situação das universidades, que não estavam mobilizadas para a greve, durante os meses de setembro e outubro que seriam necessários à preparação da greve, não foi feito o trabalho de base para a construção real da greve. Assim, quando a greve foi deflagrada, ainda não tinham as condições objetivas para fazer a greve: faltava mobilização na base.

Mas, seguindo a democracia operária, uma vez definida a greve dentro das instâncias do movimento, a orientação era de construí-la e buscar construir uma greve que realmente impactasse na conjuntura. No entanto, essa movimentação também não foi feita na maioria das universidades porque, de fundo, o objetivo não era a construção real da greve e sim usá-la como artifício para prorrogar o mandato.

Foi por isso que várias universidades demoraram para aderir à greve, muitas se quer conseguiram deflagrá-la e na maioria das universidades onde a greve foi deflagrada através de assembleias esvaziadas ou pouco mobilizadas. A única alternativa para a greve decolar era colar a uma pauta forte e a tentativa foi de ligar a greve à ameaça do Governo Temer de criar o “carreirão”, um desmonte ao PCCTAE que junta diversas carreiras do estado rebaixando cargos e salários. No entanto, a direção majoritária composta pelo Sonhar Lutar, PSLivre, Unir e CTB errou no cálculo e o Governo não apresentou o “carreirão”. Nós da Frente Base defendemos nas bases que era necessário coar à greve à pauta mais geral do movimento, que era a luta contra a Reforma da Previdência e aproveitar a nossa greve para impulsionar as movimentações pela construção de uma nova Greve Geral e contra a traição das centrais que tentavam desmobilizar a Greve Geral.

Foi neste cenário de traição das Greves Gerais que a Força Sindical e a CUT, junto com outras centrais, desmarcaram a Greve Geral que estava marcada para o dia 05 de dezembro, para desmobilizar o movimento. A CSP-Conlutas, junto com outras centrais sindicais, lançaram notas contrárias a ação de desmobilização da Greve Geral e várias bases se rebelaram até contra suas próprias centrais sindicais, mantendo os atos para o dia 05 de dezembro.

A Fasubra inclusive lançou nota dizendo que era necessário manter as mobilizações do dia 05, no entanto, contraditoriamente nesta data, ao invés de estar mobilizada, a Fasubra realizou reunião do Comando Nacional de Greve (CNG) e apontou o fim da greve. Mais uma vez errando a mão da direção da luta, a direção majoritária que apontou o fim da greve não acompanhou o calendário nacional de lutas, que pressionava as Centrais pelegas a retomar as mobilizações pela Greve Geral.

Assim, quando desceu para as bases o indicativo de fim da greve, novamente as bases foram contrárias ao indicativo da direção majoritária e indicaram a manutenção da greve colada ao calendário nacional de luta contra a reforma da previdência. Foi desta forma, sem direção consequente que a greve foi tocada, tanto na sua deflagração como no seu recuo.

Por tudo isso, a greve de 2017 indicou uma grande indignação da base com a Federação: ficou nítido que não havia compromisso com as lutas e a greve foi utilizada como instrumento para justificar a prorrogação do mandato dos diretores. Isto mostra um deslocamento da direção com base, situação que é semelhante com o problema sentido anos pelas estaduais.

Estaduais

UERJ: A BARBÁRIE CHEGA ÀS UNIVERSIDADES

Marx escreveu que a saída para a classe trabalhadora é o socialismo ou então, viveremos na barbárie. A barbárie é a situação de podridão e degeneração social que o sistema capitalista nos leva. Os sucessivos planos de ajuste fiscal e os crescentes cortes de investimento no serviço público por parte dos Governos estaduais e de Dilma/Temer para pagar juros aos banqueiros estão levando justamente a este caminho. A ilustração é o colapso que vivem as Universidades Públicas. Esta é uma realidade que foi levada ao extremo no Rio de Janeiro e UERJ, UENF e UEZO, as três estaduais do RJ, são emblemáticas, pois apontam o sentido que os governos e a burguesia querem que a educação pública superior.

O governador Pezão vem desferindo diversos ataques contra os servidores estaduais e contra a população fluminense. Mais de 200 mil trabalhadores do serviço público estadual, aposentados e pensionistas ficaram sem salário e sem receber o 13º salário referente por meses. As poucas categorias do funcionalismo que recebem os salários tiveram seu calendário de pagamento atrasado em semanas e foram incorporadas no “pacote de maldades”, com o aumento da contribuição previdenciária, privatização rede de energia e saneamento básico do Estado (CEDAE), proibição de reajustes e concursos pelos próximos três anos, além da ameaça de retirada de benefícios e progressões.

Para combater esses ataques, os trabalhadores e trabalhadoras saíram em luta. Na UERJ, os trabalhadores e trabalhadoras enfrentaram uma greve duríssima de seis meses em 2016 para tentar impedir a aprovação do pacote de maldades e uma série de ataques locais em cada universidade, como a entrega do Hospital Universitário (HU) a uma Organização Social de Saúde (OSS).

Em janeiro de 2017, os trabalhadores e trabalhadoras da UERJ voltaram à greve contra o atraso cada vez maior de salários, uma greve se estendeu por 11 meses. Para além da falta de salários e 13o, Pezão não repassa verbas para manutenção e custeio da UERJ desde fins de 2015. Isso coloca terceirizados em situação ainda pior, que são vítimas de demissões em massa, recontratação com salários menores e com um efetivo menor. Os insumos para o funcionamento do HU estão sendo garantidos via arresto, um tipo de penhora judicial. Esta situação de caos aumenta o assédio moral e ameaça sobre os trabalhadores e as trabalhadoras. Os alunos estão sem nenhum tipo de bolsa, o que gerou uma evasão (na prática uma expulsão) em massa de alunos costistas e negros no geral, e uma diminuição de cerca de 75% na procura pelo vestibular de dois anos pra cá.

Mesmo assim, os trabalhadores e trabalhadoras enfrentaram a direção atual do Sintuperj (CTB), que chegou a ficar um ano e meio sem fazer assembléias antes do caos. Quando os atrasos de pagamento começaram em fins de 2015, e a UERJ, de conjunto, voltou a lutar. Numa tentativa de quebrar a resistência dos trabalhadores, Pezão chegou a anunciar a redução de 30% dos salários dos docentes (que sequer estavam em greve) na mesma semana em que cerca de 300 milhões de reais (desviados pela corrupção do governo onde ele foi vice) foram devolvidos ao estado. Ficou tão feio que foi obrigado a voltar atrás em menos de três dias, mas a crise da UERJ continua sendo um pólo de fragilidade para esse governo, sustentáculo fundamental de Temer.

Assim, o Governo de Pezão joga a crise nas costas dos trabalhadores mas não reduz os supersalários de seus Secretários. Esta situação que hoje vivem as estaduais do Rio, em que a UERJ é emblemática, reflete o caminho que está traçado também para outras estaduais.

AS ESTADUAIS PAULISTAS

O caos da educação é sentido também nas estaduais paulistas, que seguem sendo vitrines da aplicação das políticas neoliberais de Alckmin do PSDB.

Assim, a USP segue sofrendo constantes ataques, a UNESP apresenta situação de caos chegou até a colocar em dúvida o pagamento do 13º. Na UNICAMP, há uma política de cortes profundos que já representa uma diminuição do número de trabalhadores em valores superiores a 10%. No Centro Paula Souza, além de todos os ataques, os trabalhadores ainda sofrem com os impactos da reforma do ensino médio.

Além disso, o o CRUESP que é Conselho dos Reitores das Universidades Paulistas, têm aplicado uma política de arrocho salarial constante, com reajustes abaixo da inflação ou mesmo sem reajuste algum.

Por tudo isso, a defesa das estaduais deve ser ampliada na Fasubra.

A DEFESA DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS

A Fasubra deve estar presente nas lutas das estaduais e realizar plenárias nacionais em que pautem as universidades estaduais. Analisar, discutir e participar em conjunto com os sindicatos filiados a conjuntura, marcar presença nas mesas de negociação com reitorias e governos estaduais. Construir de verdade, na base, um encontro nacional com entidades filiadas e entidades que ainda não são filiadas para aproximação de mais entidades sindicais com a Federação, bem como dar um caráter unificado às campanhas salariais e lutas em curso. Este plano deve deixar de ser formal pois as bases estaduais se sentem abandonadas pela Fasubra, e esse balanço tem que ser feito a fundo.

Isto porque as poucas ações que a Federação fez foram insuficientes para aproximar a realidade das estaduais da Federação. A Fasubra deve ir além: é necessária a organização pela base das categorias dos trabalhadores. O Rio de Janeiro mostra, de forma irrefutável, que, sem pôr abaixo todos os governantes, nosso destino é a fila das doações de cestas básicas.

Da mesma forma, a luta contra a EBSERH deve também ser incorporada de forma mais central pela Federação, mostrando que a EBSERH é um modelo falido mas que é necessário defender os trabalhadores e trabalhadoras lotados nestes Hospitais.

Hospitais universitários e EBSEERH

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS E A LUTA CONTRA A EBSEERH

A EBSEERH foi uma proposta ao apagar das luzes do Governo Lula como solução para a crise de reposição de força de trabalho que foi se acumulando ao longo de décadas no interior dos Hospitais Universitários (HU) vinculados às Universidades Federais. Mas foi no governo Dilma que a EBSEERH entrou em vigor. A cada acordo assinado entre a empresa e os diversos HUs que foram “entregues” às mãos da EBSEERH, a conclusão é a mesma: a Empresa não resolveu o problema a que supostamente se propôs a equacionar e, ao contrário, só fez acelerar o processo de sucateamento dos HUs, resultado de políticas deliberadas do Governo Federal nestas últimas décadas.

O modelo de gestão imposto pela EBSEERH é um ataque frontal à autonomia Universitária, pois na prática retirou os HUs do âmbito da instituição para entregá-las a uma casta de burocratas indicados pelo Ministério da Educação. Entre as implicações negativas internas estão a queda da formação dos profissionais da área da saúde, o agravamento das condições de vida e trabalho de seus servidores, mas que se estendem para toda a comunidade. Entre os prejuízos para a população, estão as medida de priorização por metas baseadas na lógica da iniciativa privada e na busca desenfreada pelo lucro, prejudicando justamente quem depende do SUS. Com isso, a população atendida nos hospitais passa a ser *clientes e consumidores dos serviços de saúde*.

Em função dos claros prejuízos que isso implica para o interesse público, a EBSEERH encontrou resistência em todos HUs onde foi aprovada. Não bastasse, a EBSEERH não tem recursos próprios, apenas “administra” a verba vinda dos cofres públicos. Isso leva a um questionamento inevitável: por que o governo simplesmente não repassou os recursos destinados aos HUs direto para as Universidades?

Mas o que há por trás da empresa pública de direito privado nada mais é que a mercantilização e a desvinculação da educação e da saúde como públicas, que ocorrem por meio da precarização e grandes incentivos às iniciativas privadas. Evidencia-se na celebração dos contratos e na forma antidemocrática como a EBSEERH foi aprovada na maioria dos HUs, os interesses e vantagens pessoais, como os altos salários de seus principais gestores.

Os 48 hospitais que hoje estão sob a gestão da EBSEERH sofrem com a falta de materiais e suprimentos básicos, fechamento de leitos e serviços por falta de redimensionamento de pessoal, profissionais desviados de atividade, atuando em dupla função, precarização do trabalho, aumento de casos de assédio moral. Professores e residentes sentem que a função de ensino da instituição foi prejudicada, pacientes sofrem em longas filas de espera e procedimentos são cancelados por falta de insumos, por equipamentos que permanecem com defeito, elevadores constantemente quebrados e a ameaça constante aos atendimentos do SUS.

É muito comum dentro dos HUs que aderiram à empresa encontrar o desmonte dos procedimentos de média e alta complexidade, que é a forma de assistência por excelência dos hospitais universitários, por conta dos altos custos destes procedimentos. Com isso, adotam uma gestão praticamente ambulatorial, tendo em vista que para receber os recursos a EBSEERH tem que bater diversas metas.

O que se conclui desde a implantação da EBSEERH é que nada de fundamental foi alterado nos HUs e as efetivas melhorias continuam dependendo de maior financiamento por parte do Governo Federal, o que poderia ter sido feito independentemente da adesão.

Assim, a EBSEERH apenas serviu para abrir caminho para um outro projeto ainda mais penoso para a saúde pública seja colocado em prática: as Organizações Sociais de Saúde (OSS). As OSS têm sido alternativa dos governos municipais e estaduais para entregar os hospitais de várias partes do país às iniciativas privadas camufladas com o nome de organizações sociais.

Na verdade, somam-se ao processo de desmonte dos serviços públicos e privatização dos serviços essenciais, garantindo aos banqueiros e grandes empresários o enriquecimento através da mercantilização dos direitos sociais. Da mesma forma como a educação do Ensino Superior representa um negócio bilionário, as reformas da previdência representam valores gigantes aos fundos de pensão, a saúde tem se transformado em negócio através das OSS.

Todo essas medidas representam um grande ataque ao conjunto da classe trabalhadora e por isso devem ser pauta das nossas lutas. No entanto, sabemos que se atacam a classe de conjunto, quem sofre mais são os setores mais oprimidos da classe. Neste sentido, temos que fazer a luta contra a exploração combinada com a luta contra a opressão.

Opressões

ACABAR COM A EXPLORAÇÃO E A OPRESSÃO

Queremos pôr fim ao capitalismo como forma de acabar com a exploração e colocar nas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras o destino de suas próprias vidas. Para isso precisamos também combater as ideologias que nos divide enquanto classe e servem apenas para piorar as nossas condições de vida. Assim é o machismo, o racismo e a LGBTfobia.

E vemos que cada vez mais tem aumentado a discussão sobre machismo, racismo, LGBTfobia. Muitos ficam ainda apavorados como isso está cada vez mais intenso nos debates dentro dos sindicatos, dos movimentos sociais e na sociedade como um todo. Não raro, sempre ouvimos “mas aí tudo agora é opressão, não posso fazer mais nada, nem piada mais!”.

Frases como essa destacam que cada vez precisamos formar o conjunto dos trabalhadores e trabalhadoras que estão também nas Universidades para compreender o que são as opressões e como elas se combinam com a exploração capitalista como forma de nos dividir e intensificar a exploração. Desta forma, começamos o debate com a questão do gênero.

Mulheres

GÊNERO E CLASSE

Geralmente nas reflexões que se preocupam com a temática de gênero, há uma tentação em utilizar esse conceito como sinônimo de mulheres, mas consideramos que se trataria de um equívoco, pois ele vai além disso porque gênero é uma construção social, trata dos acordos sociais, a partir do sexo biológico, que buscam estruturar o que é ser mulher e homem nas diferentes sociedades através de modelos nunca alcançados.

As considerações geradas pelo debate da categoria de análise gênero, questionam os papéis sociais que nos são impostos, a partir do sexo biológico, mas que não são naturais e sim construídos pela nossa sociedade. A sociedade capitalista não criou esses papéis, mas se utiliza deles como forma de aumentar a exploração, seja transformando em invisível o trabalho que não é diretamente remunerado (como o trabalho doméstico). No Brasil, 46% dos homens adultos realizam trabalho doméstico. Entre as mulheres, esse número é de 88%. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), os homens gastam, em média, uma hora e 20 minutos com cuidados com os filhos e tarefas domésticas. Entre elas, o tempo dedicado às mesmas atividades são de duas horas e 30 minutos.

Além disso, o capitalismo também se utiliza das diferenças biológicas para promover achatamento nos salários: as mulheres recebem salários menores que os homens, assim como negros recebem salários menores que os brancos. Isso sem contar que os postos de trabalho mais precarizados são ocupados pelos setores oprimidos na sociedade.

Esse debate tem se demonstrado fundamental para a construção da nova sociedade que queremos, pois tivemos uma mulher na presidência da República no Brasil e nada mudou para as mulheres trabalhadoras. Foi sob sua caneta que foram editadas as MPs 664 e 665 que mudaram as regras da pensão por morte, seguro desemprego, abono salarial e auxílio doença, atacando diretamente as mulheres trabalhadoras. Foi também no Governo de Dilma que foram ignoradas as reivindicações dos movimentos feministas de legalização do aborto e foi ela quem se dobrou à bancada evangélica e recuou ao com o Kit anti-homofobia.

Estes exemplos mostram que não é suficiente para garantir avanços e conquistas ter uma mulher na presidência, apesar da importância de que os espaços deliberativos ou considerados de poder, sejam cada vez mais ocupados por corpos que foram historicamente excluídos

desses espaços de decisão, e dentre eles o da mulher. Isto porque todos os espaços de poder só poderão ser concedidos às mulheres ou a qualquer outro setor oprimido se for dentro da lógica capitalista de manutenção da exploração e utilização da opressão. Assim, é essencial a discussão e realização de medidas e deliberações que caminhem no sentido do fortalecimento dos setores oprimidos para que possamos buscar a nossa libertação pelas nossas mãos enquanto classe, pois só será possível o fim das opressões com libertação da classe trabalhadora da exploração.

MULHERES DE LUTA

Em 2017, no dia 08 de março, mulheres de todo o mundo deram um grande pontapé na organização da classe trabalhadora. No Brasil, lutamos contra a retirada de direitos, contra as reformas iniciadas nos governos petistas e continuadas por Temer. As mulheres que foram duramente atacadas com a aprovação da reforma trabalhista e a lei da terceirização, projetos que atendem só aos interesses do imperialismo, serão ainda as mais prejudicadas com a Reforma da Previdência se não for barrada definitivamente. Isto porque a reforma da previdência ignora a jornada contínua e ininterrupta da mulher, propondo elevar a idade mínima para aposentar aos 62 anos.

Além disso, as mulheres ganham em torno de 30% menos que os homens, ocupando o mesmo cargo. No caso das mulheres negras, a situação é ainda mais grave, chegando a 40% a diferença entre os salários e ocupam os postos de trabalho mais precarizados. Nas Universidades essa situação se acentua com as terceirizações, com as diferenças astronômicas nos salários, refletindo nas relações de trabalho através do aumento dos assédios, exploração e rotatividade de trabalhadoras terceirizadas. Com a chegada da EBSEH nos HUs temos visto o aumento do adoecimento das servidoras, com altos índices de afastamentos e pedidos de aposentadoria, aumentando a falta de trabalhadores.

Vivemos uma conjuntura que tende a acirrar a opressão e exploração nas relações de trabalho e, não muito diferente, nas relações dentro dos nossos sindicatos. A política contra o machismo nos sindicatos muitas vezes não passa das resoluções congressuais das nossas entidades. Precisamos dar um passo à frente, combater internamente os atos de desrespeito, assédio e às vezes até agressões físicas.

Além disto, é preciso também reafirmar o papel protagonista que as mulheres negras, que lutam diariamente contra exploração e ainda sofrem a dupla opressão: por serem mulheres e negras.

DANDARA VIVE! MULHERES NEGRAS NÃO PARAM DE LUTAR!

O caráter da escravidão continua mesmo após 129 anos da abolição. A mulher negra ainda vive na base da pirâmide social, representa a maior cota no trabalho doméstico, na terceirização, no trabalho informal e no trabalho temporário. Dados do período de 2004 a 2014 constataam esse fato: 39,1% das mulheres negras ainda ocupavam postos precários, com renda de até dois salários mínimos, sem carteira assinada. Só em 2009, existiam 7,2 milhões de brasileiros trabalhando em limpeza, cozinha e manutenção de casas e escritórios, sendo que 61,6% do total, ou seja, 4 milhões eram negros e negras. A taxa de desemprego em 2009 era de 12% entre mulheres negras, comparada a 9% para mulheres brancas. Comparativamente, em termos de escolaridade, em 2011, a taxa de escolarização de mulheres brancas era de 23,8%, enquanto entre mulheres negras era de apenas 9%. Ou seja, os dados revelam que há hierarquia de gênero e raça.

Uma situação que será intensificada com a reforma trabalhista, levando cada vez mais mulheres negras à miséria e à degradação social. Num país em que 39,8% das mulheres negras são chefiam suas famílias e que há famílias inteiras em que a única renda é o benefício da Previdência, não é difícil imaginar quem mais será prejudicada com a reforma da Previdência.

As mulheres negras começam a trabalhar muito cedo e na informalidade. Diminuir o valor do benefício, colocando abaixo do salário mínimo, bem como dificultar a aposentadoria, aumentando a idade, é uma política de liquidação dos mais pobres. É a volta da lei dos sexagenários do período da escravidão porque muitos morrerão no meio do caminho. É por isso que mulheres não param de lutar!

ORGANIZAR AS TRABALHADORAS

Diariamente o machismo nos ataca, uma situação que é intensificada com a exploração. Para lutar contra a exploração e o machismo, as trabalhadoras se organizam nos sindicatos e em movimentos feministas. No entanto, quando entramos para essas fileiras de combate também encontramos a realidade do machismo. Isto acontece porque o machismo está em toda a sociedade e os sindicatos e os movimentos sociais não são bolhas, portanto, refletem a sociedade e reproduzem as ideologias machistas. Mas, tendo consciência dessa ideologia nociva, é possível criar mecanismos de combate ao machismo e de fortalecimento das mulheres.

Neste sentido, preocupada com a ação política das mulheres em sindicatos e o machismo, uma companheira da nossa base realizou um importante estudo sobre a situação das mulheres nos sindicatos da Fasubra. Até o fechamento desta tese, seus estudos não estavam concluídos, no entanto, dados iniciais apontam que, embora a relação de homens e mulheres nas direções sindicais não apresentem valores tão desproporcionais, há uma lógica de divisão sexual do trabalho.

Em contrapartida, nas análises preliminares dos dados um resultado merece destaque: na composição das coordenações ou direções geral, o número de homens e de mulheres se aproxima. Talvez este fato se deva à implementação da pauta das cotas e da paridade representativa no estatuto dos sindicatos ou talvez o momento político de recessão que tenha impulsionado as mulheres para a luta. Estas questões podem ser elucidadas em investigação posterior, como enfoque no conteúdo desses estatutos e da rotina do machismo que está sendo analisada.

Ainda assim, evidencia-se que os debates dos últimos períodos já refletem nas direções sindicais e por isso devemos continuar avançando com essa pauta. Além disso, estudos como este são de grande valia para o movimento e inclusive auxiliam na proposição de políticas de combate ao machismo nos sindicatos. Neste sentido, propomos que se tenha um espaço no Confasubra para apresentação destes estudos, como forma de completar o debate sobre o tema.

Além disso, precisamos também romper com a lógica de que as mulheres são feitas apenas para maternar. Por isso, temos que pautar em nossos sindicatos tanto a proteção à maternidade como a liberdade de escolha.

PROTEGER A MATERNIDADE E A LIBERDADE DE ESCOLHA

A cada 2 dias uma mulher morre vítima de aborto clandestino e mais de 1 milhão de mulheres se submetem a aborto clandestino anualmente. Mas afinal, o que leva tantas mulheres, no mundo todo, a colocarem suas vidas em risco?

Quando uma mulher opta pelo aborto no Brasil, como é proibido, sabe que está colocando sua própria vida em risco. Esta situação acontece porque essas mulheres preferem a morte a viver com o peso que a maternidade indesejada lhes transfere. Isto ocorre porque, mesmo entre as mulheres que desejam maternar não há condições dignas para que as mulheres assumam a maternidade, já que o Estado oferece um sistema de saúde e educação sucateados propositalmente, um mercado de trabalho explorador e a criminalização da pobreza.

Somados ao peso da sociedade machista, as mulheres são abandonadas na maternidade enquanto os homens podem livremente abortar seus filhos quando não voltam a procurar a parceira depois de um ato sexual, quando se negam a usar o preservativo, quando não respeitam a parceira obrigando o ato sexual sem consentimento, quando abandonam a parceira já sabendo da sua gravidez e quando abandonam os filhos.

Assim, a responsabilidade sobre a criação dos filhos recai sobre as mulheres. No entanto, não recai igualmente entre as trabalhadoras e as burguesas. As burguesas – e até mesmo mulheres trabalhadoras com padrão de vida mais elevados – têm condições de praticar aborto seguro, seja legal indo a outros países ou contando com clínicas clandestinas que oferecem alto padrão de atendimento. Já as mulheres trabalhadoras, principalmente as mais pobres, as negras e as que moram nas regiões mais periféricas, são excluídas de todas as oportunidades.

Com isso, milhares de vidas são ceifadas ou criminalizadas pela falta de recursos materiais. Por isso, a luta pela descriminalização do aborto é uma luta pela vida das mulheres, especialmente das mulheres trabalhadoras e pobres.

Neste sentido, nós da Frente Base, entendemos que precisamos abrir um debate sincero e honesto em relação ao aborto nos fóruns da Fasubra e das entidades de base. E como forma de proteção à vida das mulheres, temos também que lutar contra a violência machista que mata milhares de mulheres.

11 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA E MULHERES AINDA MORREM PELA VIOLÊNCIA

O Brasil ocupa o 5º lugar no mundo em assassinatos de mulheres: mais de 100.000 mulheres foram assassinadas entre 1980 a 2013 em um ritmo crescente ao longo desses anos. São mortas 13 mulheres por dia e, em 2014, a média era 4.757 mulheres assassinadas por ano. A cada 11 minutos uma mulher é estuprada no Brasil e, somente em 2015, foram registrados 40 mil casos de estupro.

Estima-se que esses números representam apenas 10% dos casos reais, pois as mulheres não sentem protegidas e resguardadas para procurarem ajuda, muita das vezes são culpabilizadas de terem provocado o ato.

Todos esses índices nada avançaram no combate à violência contra a mulher com a aprovação da Lei Maria da Penha. Após 11 anos de sua implementação, o que vimos tanto no Governo Dilma como no Governo Temer foi que nada avançou. Com valores irrisórios para políticas de combate à violência, o Governo Temer cortou 61% em um orçamento já super-reduzido: os valores caíram de R\$ 42,9 milhões para 16,7 milhões.

Os governos estaduais e municipais seguem a mesma cartilha. Dória (PSDB), prefeito de São Paulo, cortou R\$ 3 milhões do orçamento de políticas para mulheres, mesmo com o aumento de 31% nos casos atendidos. Esse é um dos principais motivos pela ineficiência da lei.

Uma violência que atinge de maneira mais agressiva as mulheres trans, que se quer contam com a proteção do Estado ou ainda com as mulheres negras, quando vemos nossos filhos sendo executados pelo Estado em uma política racista de extermínio da juventude negra e pobre.

Negros e negras

GENOCÍDIO DA POPULAÇÃO JOVEM E NEGRA

Daqui a 23 minutos um jovem negro será assassinado no Brasil. Serão mortos mais de 23 mil jovens negros, entre 15 e 29 anos, pois essa é a média anual do extermínio em nosso país. Esse número é quatro vezes maior do que a taxa entre jovens brancos e reflete um padrão: 53% das vítimas são jovens; destes, 77%, negros, e 93% do sexo masculino.

Isso não causa espanto para quem vive nas periferias do Brasil, onde, cotidianamente, os jovens são vítimas da completa ausência de políticas públicas. Este Estado faz questão em jogar nas nossas costas a falta de política social que é responsabilidade dele e assim tem uma política de extermínio da juventude negra cujas raízes estão na escravidão e há muito, se apóia em teorias escravistas e capitalistas, como o discurso raciológico, que tipifica as pessoas a partir de sua raça, e eugenista, que estabelece a branquitude como padrão superior e civilizatório.

Essas ações são reforçadas com o mito da democracia racial, dizendo que o Brasil não é país um racista, que é desmascarada pela falta de políticas públicas de inclusão e de reparação social. Nas universidades, sabemos muito bem onde encontrar os negros: nos piores serviços, na terceirização. Esta situação revela a política racista institucional do Estado brasileiro, que coloca os lucros acima das vidas, uma realidade que não consegue esconder o chicote, uma política de morte que é estendida aos outros setores oprimidos no Brasil, como a população LGBT.

LGBT

VIDAS LGBTs IMPORTAM!

Dados revelam que somente em 2016, no mínimo 343 gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros foram assassinados no Brasil, um número 22% maior do que em 2015 e que representa quase o dobro de 2008. No entanto, estes dados devem ser ainda maiores já que essas vidas são invisibilizadas, seja pela omissão dos próprios familiares e amigos, seja

pela ação da polícia e dos órgãos do próprio Estado que não faz nenhum esforço concreto para registrar estas mortes.

Entretanto, estes dados revelam que existe uma relação direta com a crise econômica e o aumento da violência LGBTfóbica. A crise econômica que faz com que a burguesia alimente ainda mais os discursos opressivos para, assim, poder explorar ainda mais negros(as), LGBTs e mulheres. Por exemplo, desde 2008, mais e mais gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis têm sido jogados para os serviços terceirizados, o desemprego e para longe do acesso à moradia, à saúde e à educação.

Contudo, a cumplicidade dos governos petistas com os crimes contra LGBTs não começa exatamente aí. Ao defenderem e aplicarem a fundo os planos neoliberais e governarem para os banqueiros, patrões e latifundiários, tanto Lula quanto Dilma em muito contribuíram para manter os LGBTs à margem da sociedade e dos direitos. Dilma, em particular, colocou ainda mais lenha nesta fogueira quando, para chegar ao poder ao lado de seu vice, foi buscar a benção dos fundamentalistas com a *“Carta ao povo de Deus”*. Longe de ser uma defesa da liberdade religiosa, era um “manifesto” em defesa da família tradicional (considerada um “sagrado” “baluarte da sociedade” contra “o caos”) e um compromisso de que o governo nada faria em relação ao aborto e os direitos LGBTs.

Uma promessa que foi paga com a entrega de nossos direitos, principalmente nos momentos em que o governo começava a se ver ameaçado pelas denúncias de corrupção. Foi assim, que em maio de 2011, Dilma vetou o kit anti-homofobia que poderia ser um importante instrumento de combate à LGBTfobia no interior do sistema escolar. O veto foi feito depois que os parlamentares da bancada evangélica ameaçaram convocar o então ministro da Casa Civil Antonio Palocci para que ele explicasse a fabulosa evolução de seu patrimônio durante o período em que esteve no poder.

O descalabro foi tamanho que até a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), que sempre apoiou o governo, se viu obrigada a emitir uma nota dizendo que “os direitos humanos de um determinado segmento da sociedade não podem, jamais, virar moeda de troca nas negociações políticas”.

Três anos depois, Dilma, o PT e seus aliados assumiram novamente o papel de cúmplices da violência contra LGBTs ao cederem à pressão dos fundamentalistas e corruptos e engavetarem o PLC 122, que criminalizaria os atos de discriminação ou preconceito de gênero e orientação sexual.

Isto nos mostra a luta dos setores oprimidos não é apenas uma questão de raça, gênero ou orientação sexual. É também uma luta pela vida, uma luta contra a exploração que leva os oprimidos a se submeterem às piores condições de trabalho. É uma luta da classe trabalhadora e esta deve ser a verdadeira unidade, a unidade enquanto classe.

Uma luta de classes

A VERDADEIRA UNIDADE DA CLASSE TRABALHADORA

O capitalismo se utiliza das nossas diferenças para nos dividir: somos separados entre homens e mulheres, brancos e negros, LGTS ou heterossexuais, CIS ou trans. Somos separados enquanto categoriais de trabalho, separados pelas diferenças salariais ou pelas formas de contratação. Mas no sindicalismo combatemos todas essas divisões para nos unir enquanto classe.

É neste sentido que a CSP-Conlutas desenvolve um trabalho específico de combate ao machismo, ao racismo e à LGBTfobia, pela construção dos setoriais de opressões que fazem parte da Central. O Setorial de Mulheres, o Movimento Negro Quilombo, Raça e Classe e a Secretaria LGBT têm como tarefa desenvolver as lutas das mulheres, dos negros e negras e das/os LGBTs, elaborando as políticas de combate às opressões junto aos sindicatos e na sociedade. Estão presentes nas grandes manifestações, representando parte da vanguarda da luta pelo fim da violência e pelos direitos desses setores. Organizam também o trabalho de formação política da Central sobre os temas de opressão e auxiliam os sindicatos filiados na elaboração de cursos, Grupos de Trabalho e palestras.

Neste sentido, reivindicamos que a Fasubra se aproprie destas experiências como forma de avançar no combate às opressões. No último período, tivemos avanços e retrocessos nessas pautas. Mas, a última direção da Fasubra, sem dúvida, pouco contribuiu para as elaborações sobre o tema. Com muito esforço, foram realizadas pequenas ações pontuais, encontros sempre secundarizados e debates que nem sempre refletiam os acúmulos históricos dessa federação.

Por este motivo, entendemos que precisamos dar largos passos à frente. Retomar ações e medidas que foram importantes e fazer um duro balanço dos retrocessos que tivemos. E, neste sentido, temos também que afirmar que esta não é uma luta apenas de determinados setores: é uma luta de toda a nossa classe. E nesta luta de classes, um dos mecanismos que podemos nos apoiar são as ferramentas de tecnologia como forma de fazer uma comunicação contra hegemônica com o objetivo de disputar a consciência dos trabalhadores.

Comunicação

COMUNICAÇÃO CONTRA HEGEMÔNICA

A partir do século XIX, o modo de produção capitalista se consolidou em várias regiões do mundo, no qual o capital, as empresas, serviços e, dentre estes, a comunicação, cresceu e se desenvolveu com sucesso nesse período. Com o advento das fábricas e o crescimento da classe operária que tomou força e organização, a melhoria na comunicação se tornou necessidade para informar a nova demanda que surgia, principalmente à classe operária.

No Brasil, em meados do século anterior, aconteceu o desenvolvimento industrial gerando uma forte classe operária carente de informação e de seus veículos de comunicação para se contrapor aos dos empresários, pois até então, a hegemonia na informação se concentrava apenas nas mãos dos capitalistas que disseminavam suas ideias liberais, a partir de seus interesses de classe. No entanto, a comunicação dos trabalhadores iniciou sua reação através de jornais sindicais impressos distribuídos nas portas das fábricas em oposição ao pensamento liberal da burguesia industrial, principalmente.

A classe operária fabril em ascensão, em função do desenvolvimento industrial brasileiro, iniciou a compreensão e a prática dos ensinamentos de Lênin sobre a importância da imprensa operária na disputa da hegemonia com os inimigos de classe, a burguesia. Assim, em função da necessidade da comunicação para defesa dos interesses dos trabalhadores e, em especial os operários das fábricas, sugeriram diversos jornais operários no interior dos sindicatos, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

De lá pra cá, a experiência com a comunicação contra-hegemônica exercida pelos sindicatos de luta tem se mostrado como importante ferramenta para defesa dos interesses dos trabalhadores na contra-ideia patronal que visa única e exclusivamente explorar nossa classe. A comunicação da burguesia e das classes dominantes no dia-a-dia, contra-informa e falseia a realidade para poder dominar e nos explorar. Ao contrário, a nossa comunicação, da classe trabalhadora e dos movimentos sociais deve cumprir um papel decisivo na defesa dos nossos interesses de classe, enquanto explorados, exercitando a contra-hegemonia através dos nossos veículos de comunicação.

Nesse campo contra-hegemônico, a nossa comunicação se expressa com um caráter de classe e confrontação, quando reconhece a disputa entre as classes sociais na luta direta contra o capitalismo, denunciando a mídia dos nossos inimigos como instrumento a serviço das elites. Essa mídia burguesa que, nas coberturas jornalísticas dos movimentos sociais, aborda questões sociais com superficialidade quando é de interesse dos trabalhadores e mostra apenas um lado da notícia, ou seja, o lado que interessa à burguesia. Ao mesmo tempo, produz matérias em seus veículos de comunicação com personagens ganhando maior ou menor dimensão, sempre de acordo com os interesses da classe a que eles pertencem e representam, pautando matérias civlizatórias, como: ética, justiça, igualdade social etc.

Assim, na luta pela disputa da hegemonia da comunicação a favor da classe trabalhadora, vemos cada vez mais a necessidade de reafirmar o classismo. Isto porque as empresas de comunicação e seus veículos estão comprometidos diretamente com os políticos profissionais da

burguesia e existe uma enorme concentração da propriedade (concessão) de veículos de comunicação nas mãos dessas elites oligárquicas com famílias que detêm os poderes tanto político como da comunicação e econômico. Esses políticos-proprietários de empresas de comunicação utilizam seus veículos para se perpetuarem no poder do Estado, manipulando a informação de acordo com sua conveniência e interesse, fazendo com que a mídia funcione como instrumento de poder, com a conivência do executivo, judiciário e do congresso nacional brasileiro.

Tudo isso teve maior destaque a partir dos governos da ditadura militar, principalmente no governo do ditador e general João Batista de Figueiredo, que aumentou substancialmente o número de permissões para concessão de rádios e TVs. Para se ter uma idéia, nos governos militares, entre 1934 e 1979, foram autorizadas 1483 concessões de empresas de rádio e TV para funcionar sob o controle dos políticos e oligarcas regionais sendo somente no governo Figueiredo (1979 – 1985) 634 concessões e no governo Sarney (1985 – 1988) 1028 concessões, contra apenas 120 concessões no governo Collor (1990 – 1992).

Mesmo tendo em vista que a classe trabalhadora brasileira através de seus organismos, como sindicatos, federações, confederações, centrais sindicais, movimentos sociais e partidos políticos de esquerda venha lutando pela hegemonia da comunicação, leva desvantagem nessa disputa contra-hegemônica em função do poder econômico e político estarem nas mãos da burguesia. Por isso, que se faz necessário a luta direta pela hegemonia da comunicação sob o controle dos trabalhadores, com a expropriação sem indenização das empresas de comunicação. No entanto, isso passa por um governo socialista, forjado na luta dos trabalhadores e que governe com conselhos populares.

Este é o ponto inicial que desdobra os planos de lutas e algumas das resoluções que queremos discutir a aprovar no Confasubra, pontos que não seguem fechados e que devem ser aprimorados até o Congresso com os debates e as construções coletivas que teremos no próximo período.

Plano de lutas e resoluções

PLANO DE LUTAS

Ao longo desta tese discutimos os principais elementos que nos afligem e por diversas vezes tentamos demonstrar como nenhuma resposta dentro do capitalismo será capaz de superar todos os nossos problemas. Isso porque a razão da existência do capitalismo é baseada na exploração como forma de manutenção do lucro. Por isso, precisamos romper com a lógica de que o lucro está acima das vidas, acabar com a exploração, acabar com a burguesia e acabar com o capitalismo. Portanto, nossa tarefa central tem que ser de destruir o capitalismo e aí sim construir uma sociedade justa e igualitária que é a sociedade socialista.

Esta estratégia deve ser refletida no plano de lutas da nossa Federação, expressando também as nossas tarefas imediatas para que possamos conseguir finalmente revolucionar! Por isso, nosso plano de lutas deve ser:

- Fora Temer e todos os corruptos!
- Pela revogação da lei das terceirizações e da reforma trabalhista
- Contra a Reforma da Previdência e pela revogação das reformas da previdência de FHC, Lula e Dilma
- Contra todas as medidas que atacam o funcionalismo como o PDV e os demais ataques
- Greve Geral
- Criação de comitês de lutas nos locais de trabalho, estudo e moradia para organizar as lutas pela base
- Pela unidade da classe trabalhadora nas lutas: organizar nos estados e municípios fóruns e comitês que unifiquem os lutadores, os sindicatos e os movimentos sociais e populares para organizar as lutas
- contra o machismo, o racismo e a homofobia
- atuar no internacionalismo classista como forma de ruptura com esse sistema!
- Disputar a consciência da classe trabalhadora e não buscar dar estabilidade ao regime: destruir o capitalismo e construir uma sociedade socialista!

RESOLUÇÕES

Apresentamos aqui algumas propostas de resoluções que teremos como eixo a partir dos debates que apresentamos nesta tese. Essas propostas estão em construção e devem ser trabalhadas em cada base, em cada local de trabalho pelos companheiros e pelas companheiras que compõem a Frente Base. Desta forma, no Congresso teremos maiores contribuições e mais elaborações para complementar uma versão final produzida pela base e coletivamente.

Conjuntura

1. A Fasubra se coloca na defesa intransigente da classe trabalhadora e reconhece seu papel de transformação social. Neste sentido, reafirma a necessidade de voltar a construir comitês de lutas, fóruns e assembleias pela base para preparar as condições para construção de uma nova Greve Geral no Brasil para colocar para FORA TEMER, TODOS OS CORRUPITOS DO CONGRESSO NACIONAL E SUAS REFORMAS.

2. A Fasubra reafirma as importantes lutas que aconteceram no país no último período que fizeram com que a classe trabalhadora impusesse uma importante derrota ao Governo Temer. Por outro lado, reconhece que existem vários ataques à classe trabalhadora com a retirada de direitos e ações como a intervenção militar no Rio de Janeiro. Neste cenário de polarização social, a Fasubra destaca que o papel da classe trabalhadora não é da defesa do sistema capitalista e sua ordem, mas sim de aumentar a ofensiva da classe trabalhadora, intensificando as lutas. Por isso, nas eleições burguesas a Fasubra não irá apoiar nenhum programa de conciliação de classes e se manifestará em apoio às iniciativas que apresentem um programa que rompa com a lógica capitalista, construindo um programa socialista para a classe trabalhadora, o que só se dá por fora das urnas.

3. A Fasubra imprime seu apoio e solidariedade aos companheiros venezuelanos refugiados no Brasil e em outras partes do mundo, que se fogem seu país por conta das trágicas situações degradantes que o capitalismo impõe. Junto a isso, a Fasubra repudia veementemente todas as ações dos Governos da Venezuela e de qualquer país que imponha à classe trabalhadora à miséria e à barbárie e que aplique as políticas neoliberais.

Educação

1. A Fasubra reafirma que o Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado durante o Governo Dilma, é insuficiente para atender às necessidades da classe trabalhadora e por isso se posiciona contra o PNE. Neste sentido, reafirma a necessidade da luta pela implementação de 10% do PIB para a educação pública já e pelo fim da privatização no ensino. Desta forma, a Fasubra indica que não será conivente na promoção de ações contrárias à implementação de uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica e a serviço da classe trabalhadora, não participando de nenhum fórum ou espaço que busque legitimar ações contra essas bandeiras históricas.

2. A Fasubra reafirma que é contra a reforma do ensino médio e também a ações como “Escola Sem Partido”, ações que visam retirar das escolas os debates de gênero e sexualidade, bem como ações que imponham somente uma ótima religiosa e às desprezam as tradições e religiosidades afrodescendentes. A Fasubra reafirma também que se coloca na defesa uma educação pública, gratuita, de qualidade e a serviço da classe trabalhadora em todas as esferas do ensino. Neste sentido, irá também buscar reconstruir o seu projeto de universidade sob o eixo de “Universidade para os trabalhadores”, resgatando o princípio de uma educação pública, gratuita, de qualidade, laica e a serviço da classe trabalhadora.

Organização sindical

1. O caráter mundial do capitalismo e todas essas lutas precisam da mais ampla solidariedade, exigindo a unidade do conjunto dos trabalhadores também internacionalmente, organizando uma resposta da classe trabalhadora, independente de sua nacionalidade. Neste sentido, a Fasubra reafirma a importância de aglutinar as forças políticas, entidades, movimentos, organizações que lutam e acreditam no socialismo para construirmos um programa da classe, com o objetivo de trabalhar, juntos, em oposição aos ataques antissociais e conquistar direitos, fortalecendo o sindicalismo para romper com o capitalismo e promovendo a unidade sindical e popular, classista e independente.

2. A Fasubra reafirma a necessidade o movimento sindical se oriente pelo critério da organização da mobilização como seu método principal de luta e pela defesa intransigente do princípio da independência de classes. Assim, considerando que estamos vendo que a classe operária, junto com o movimento popular, retomar seu papel histórico, colocando-se à frente e que foi parte ativa da Greve Geral, paralisando a produção em todo o país e demonstrando sua força, a Fasubra se coloca no fortalecimento dessa estratégia transformadora e na defesa do socialismo em substituição ao capitalismo, combatendo o machismo, o racismo e a LGBTfobia, condenando o caminho da conciliação de classes, das ilusões nos regimes eleitorais deles e apostando na ação direta e independente da classe trabalhadora.

3. A Fasubra reivindica um sindicalismo combativo, classista e independente, pautado nas seguintes concepções:

- independência de classe na nossa organização;
- a mobilização como forma predileta de nossa luta;
- unidade do movimento sindical e popular;
- apoio mútuo e solidariedade ativa entre os trabalhadores empregados e desempregados;
- a solidariedade internacional ativa como necessidade estratégica de nossa vitória;
- autonomia frente aos partidos e organizações políticas;
- método da democracia operária como o princípio para exercício de nossas lutas

4. Considerando os diferentes posicionamentos com relação ao sindicalismo e à organização da classe trabalhadora, a Fasubra irá organizar amplo debate sobre Centrais Sindicais, concepção de organização e estrutura sindical promovendo encontros ou seminários para debater os diferentes projetos das centrais e da organização dos trabalhadores, bem como apoiar financeiramente a participação de seus diretores nas diversas Centrais que têm atuação na Federação. Além disso, a Fasubra orienta os sindicatos de base a promoverem ações no mesmo sentido.

5. A Fasubra reafirma que o sindicalismo combativo deve estar nas mãos da classe trabalhadora. Por isso, reafirmamos a posição de que os sindicatos devem ser sustentados pela classe trabalhadora, contra o imposto sindical, pela independência de classe.

Alterações estatutárias

1. Alterar para “autonomia em relação aos partidos”.
2. Ampliar a base social da Federação, dentro do princípio da pluralidade sindical e, neste sentido, realizar debates sobre o reconhecimento de mais de um sindicato da mesma universidade como filiado à Fasubra.

Reformas do Governo Temer (plano de lutas)

1. Fasubra orienta o conjunto de seus sindicatos para estender sua base de representação aos terceirizados. Entretanto, independente dessa incorporação dos terceirizados a base de representação dos sindicatos, as entidades de base da Fasubra devem ajudar na organização de associações de terceirizados, comitês de luta, entre outras formas de organização para permitir que esses trabalhadores, cada vez mais numerosos na comunidade universitária, possam se incorporar a luta contra as medidas de Temer e pela defesa da educação pública no país.

Relações de Trabalho e carreira

1. A Fasubra entende o debate de carreira como parte estratégica da disputa de concepção de estado, dentro de uma visão classista em que os serviços públicos devem ser prioridade do Estado e estar a serviço e sob controle da classe trabalhadora. Neste sentido, defendemos a reabertura de concurso público, racionalização dos cargos, dimensionamento, o fim do decreto de extinção dos cargos, 30 horas para todos, fim das terceirizações e melhorias na carreira. Para promover a discussão das questões pontuais, a Fasubra deve antes elaborar seminários ou encontros que promovam o debate mais profundo, de princípios e concepções para depois chegar nas propostas mais objetivas.

Estaduais

1. A Fasubra deve estar presente nas lutas das estaduais e realizar plenárias nacionais em que pautas as universidades estaduais. Analisar, discutir e participar em conjunto com os sindicatos filiados a conjuntura, marcar presença nas mesas de negociação com reitorias e governos estaduais. Construir de verdade, na base, um encontro nacional com entidades filiadas e entidades que ainda não são filiadas para aproximação de mais entidades sindicais com a Federação, bem como dar um caráter unificado às campanhas salariais e lutas em curso.

Hospitais Universitários e EBSEERH

1. A Fasubra deve incorporar a luta contra a EBSEERH de forma mais central, mostrando que a EBSEERH é um modelo falido e ao mesmo tempo se colocar na defesa dos trabalhadores e trabalhadoras lotados nestes Hospitais.

Opressões

1. A luta contra as opressões deve ser uma luta combinada pelo fim da exploração e da opressão.

2. A Fasubra deve promover mais atividades ou encontros que tratem centralmente da questão das opressões, tanto de mulheres, como de negros e negras e LGBT. Deve expandir esse debate para que uma elaboração coletiva com contribuições da base, promovidas através de encontros regionais, seminários e eventos nacionais. Além disso, é importante reconhecer os trabalhos que são produzidos pelos trabalhadores e trabalhadoras da base da Federação, promovendo suas elaborações e abrindo espaços para compartilhar essas experiências. Com relação à questão das mulheres, estes debates devem também ser promovidos nos sentidos de tratar de temas como a questão do aborto, da violência, do assédio, da participação sindical e tantos outros. Com relação ao debate de negros e negras, a Fasubra deve retomar seu protagonismo e sobre a questão LGBT, avançar no debate pois é o tema mais frágil de elaboração entre todos os temas de opressão.

Unidade da classe trabalhadora

1. A verdadeira unidade deve ser promovida entre a classe trabalhadora construída nas lutas e nas ruas, através de organismos independentes da classe. A Fasubra se posiciona contra alianças oportunistas e eleitoreiras que se pautam pela conciliação de classes.

Comunicação

1. A comunicação da Fasubra deve fazer parte da disputa contra-hegemônica de uma comunicação a serviço da classe trabalhadora. Neste sentido, pela luta direta pela hegemonia da comunicação sob o controle dos trabalhadores, com a expropriação sem indenização das empresas de comunicação.

Uma frente classista e contra a conciliação de classes na FASUBRA

UM CHAMADO À CONSTRUÇÃO DA FRENTE BASE

O Congresso da Fasubra se torna, mais do que nunca, urgente como método de ampliar o debate, apresentar as diferentes análises e políticas para a atual conjuntura. Este debate que também fizemos dentro da Frente Base, reafirma que se não aprendermos com a história, poderemos perder o bonde e desorganizar e desmobilizar a classe trabalhadora. Não podemos permitir vacilações na organização dos trabalhadores e este foi esforço desta longa tese. Queremos, a partir desta tese, consolidar os elementos que nos unem, **demarcar o viés classista e contra a conciliação de classes dos ativistas que compõem a Frente Base**. Queremos que esta tese, assim como as anteriores, faça parte do nosso histórico de acumulação teórica, marcando nossas diferenças e posições.

E, junto com isso, **queremos convidar** cada companheiro e companheira que participa da vida ativa da Universidade, **a se somar nas lutas tendo como referência a independência**

de classes, a luta contra o machismo, o racismo e a LGBTfobia, a organização pela base e a mobilização como forma de lutas. Queremos convidar todos e todas a romper com o corporativismo, para uma **luta unificada da classe trabalhadora, junto à CSP-Conlutas.** Por fim, queremos que cada trabalhador e trabalhadora nunca perca do horizonte que a nossa maior luta é luta pela transformação social, **a luta por uma sociedade socialista!**

Assim, fechamos nossa tese comemorando o centenário da maior revolução da história da classe trabalhadora, com a certeza de que **devemos organizar os debaixo para derrubar os de cima! Viva o centenário da Revolução de Outubro!**

Assinam esta tese:

Adriana Stella, DN, UNICAMP / Adrian, UnB / Agnaldo Garcia Cardoso, UFRN / Alex Nunes, U-FERSA / Alzira das Neves Trindade, UFRJ / Angeline Feitosa de Carvalho, UFPI / Ana, UnB / Carlos Firmino Alves Rodrigues, UFRN / Carlos Leandro, UFRN / Carmen Moreira, UFPR / Chiquinho Piquet, UFRN / Claudiane Pinheiro Araújo, UNIFAP / Claudiane, UnB / Cleide Pereira do da Silva, UFRN / Cleiton Oliveira, UFPE / Conceicao de Maria Caldas, UFRN / Cristina Eberhardt, UFSC / Dalila, UnB / Danilo Araújo, UFPE / Deusa, UnB / Edineide Oliveira, UFPE / Edmilson Lima, UnB / Edna Maria Araujo, UFRN / Edna Maria, UnB / Edison Nesladek Satiro, Centro Paula Souza / Eliane Lemos, UFF / Elissandra Luz Novaes da Silva, UNIFESP / Fatinha, UnB / Feliciano Espinhara, UFRPE / Felipe Cesar Torres Antonio, UFABC / Filipe (Skiter), UFES / Francisca Nepomuceno (Chiquinha), UnB / Francisco das Chagas Batista, UFRN / Francilio Rocha, UnB / Francisco Targino, UnB / Gabriel Tolstoy, UERJ / Gabriel de Melo, UFRJ / Geaneide Santos de Lima, UFRN / Gerson Floriano dos Santos, UFPB / Gilson S. Gomes da Silva, UFRN / Ieda Salviano, UFRN / Igor Conde, UERJ / Ismael Martiniano Silva, UFRN / Ivanildo Vicente Ferreira, UFRN / Izabel Cristina Firmino, UFF / Jáder Barrozo de Carvalho, UFPI / João Amazonas, UFPE / João Batista, UFRN / João da Hora, UFPE / José de S. Nóbrega, UnB / José Edson, UFRN / José Fernandes, UFRN / José Gilberto, UnB / José Sebastião Andrade de Melo, UFLA / José Rebouças da Costa, UFRN / José Talvanes Pessoa, UFRN / José Messias da Silva, UFRN / José Ribamar, UFRN / Josineide Gomes, UFRN / Katia Telles, UFPE / Lara Gobira, UFES / Leda, UnB / Lenilson Santana UFPE / Lourenço, UFRN / Luciana Furlanetto, UFSCAR / Luciano Pitta, UFF / Luiz Gomes, UFRN / Luiz Ronaldo da Silva, UFRN / Márcio Dutra Moutinho, UFES / Marcos, UnB / Marcos Aucantra, UFRN / Marcos Mateus, UFPR / Maria Antônia da Silva, UFTM / Maria Conceicao do Nascimento, UFRN / Maria Cristina Carvalho da Graça, UFF / Maria da Conceição Fernandes Paiva, UFRN / Maria da Piedade, UFRN / Maria de Fatima, UFRN / Maria de Lourdes de Souza, UFRN / Maria Salete da Silva, UFRN / Marina Soares, UFSC / Marinalva Frazão, UnB / Maurício de Souza, UFPR / Maurício Sabino, UnB / Meneleu Lins, UFRN / Naara Maeli, UFPE / Paulo Augusto, UFRN / Paulo de Tarso Aragão, UFPE / Patricia, UnB / Perciliana Rodrigues, UERJ / Oscar Gomes da Silva, UNIRIO / Raoni de Lucena Souza, UFF / Rita de Cássia da Silva Lira, UFRN / Robson Gibim, UNILA / Roberto Nicolosi, Centro Paula Souza / Roberval Ferreira, UFRPE / Rose, UnB / Rubens Bezerra, UFRN / Sandra Maria Rodrigues Guizan, UFF / Sebastião Florêncio, UFRN / Selma Gomes, UFSC / Severino Gomes da Silva / Simea Freitas, UFTM / Sônia Maria da Silva, UFRN / Tai-gor Martino, UNICAMP / Tânia, UnB / Tailana Batista, UFF / Teresinha Borodiak, UFPR / Thiago Sobreira Marques, UFES / Wilson Ferreira Mendes, UNIRIO / Zacarias Leocadio, UFRN